

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
AREA DE CONCENTRAÇÃO: POLITICAS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
ORIENTADOR: PROF. FRANCISCO G. HEIDEMANN,

**A RELAÇÃO ENTRE A DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL E O CRESCIMENTO
INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS MICRORREGIÕES DE
ARARANGUA, LAGES E BLUMENAU, NA DÉCADA DE 80**

Clezio Saldanha dos Santos

Florianópolis, dezembro de 1992

A RELAÇÃO ENTRE A DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL E O CRESCIMENTO
INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS MICRORREGIÕES DE
ARARANGUA, LAGES E BLUMENAU, NA DÉCADA DE 80

Clezio Saldanha dos Santos

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do
Título de Mestre em Administração (Área de Concentração:
Políticas e Planejamento Governamental), e aprovada em sua forma
final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Francisco Gabriel Heidemann, Ph.D.

Coordenador

Apresentada junto à Comissão Examinadora integrada pelos
professores:

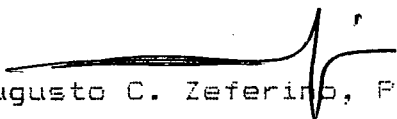


Prof. Francisco Gabriel Heidemann, Ph.D.

Presidente



Prof. Pedro A. Barbetta, Mestre.



Prof. Augusto C. Zeferino, Ph.D.

"O cientista político moderno não pode se dar o luxo de desempenhar o papel do filho desapontado do Iluminismo. Maduramente, ele deve desenvolver a Herança da Razão."

Almond e Powell Jr. (1972)

A meus pais e àqueles
que se dedicam ao
setor público.

SUMARIO

LISTA DE TABELAS.....	i
LISTA DE SIGLAS.....	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
INTRODUÇÃO.....	22
1 Definição do problema.....	24
2 Objetivos da pesquisa.....	29
3 Estrutura do trabalho.....	30
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	32
1.1 Intervenção do Estado no sistema econômico.....	32
1.1.1 As políticas regionais e as decisões locaciona- is.....	36
1.1.2 Localização de estruturas e as regiões homogê- neas.....	40
1.1.3 Modelo de política racional.....	43

1.1.4 Os modelos de análise e os modos de investigação.....	45
1.2 Despesa pública municipal.....	48
1.2.1 Despesa pública por categoria econômica.....	51
1.2.2 Despesa pública por categoria funcional.....	52
1.3 Estrutura Industrial.....	55
2 METODOLOGIA.....	60
2.1 Hipóteses de pesquisa.....	60
2.2 Definição constitutiva e operacional das variáveis...	61
2.2.1 Despesa pública municipal-Variável Independente	63
2.2.1.1 Despesa pública municipal por categoria econômica.....	63
2.2.1.2 Despesa pública municipal por categoria funcional.....	64
2.2.2 Estrutura industrial- Variável Dependente.....	65
2.3 Caracterização e delineamento da pesquisa.....	66
2.4 População.....	67
2.5 Dados: tipos, coleta e tratamento.....	69
2.5.1 Tratamento dos dados.....	70
2.6 Limitações da pesquisa.....	71
3 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	74
3.1 Análise da variável independente-despesa pública municipal.....	74
3.1.1 Por categoria econômica.....	74
3.1.1.1 Despesas correntes.....	76

3.1.1.2 Despesas de capital.....	78
3.1.2 Por categoria funcional.....	80
3.1.2.1 Governo e administração.....	83
3.1.2.2 Trabalho e previdência social.....	85
3.1.2.3 Transportes e comunicações.....	87
3.1.2.4 Educação.....	90
3.1.2.5 Saúde e saneamento.....	92
3.1.2.6 Agricultura e recursos naturais.....	96
3.1.2.7 Habitação e serviço urbanos.....	99
3.1.2.8 Indústria e Comércio.....	102
3.2 Análise da variável dependente- Estrutura industrial.	103
3.2.1 Número de estabelecimentos industriais.....	104
3.2.2 Renda industrial.....	106
3.2.3 Produtividade industrial.....	108
3.3 Análise dos indicadores da variável independente "des- pesa pública municipal" em relação aos indicadores da variável dependente "estrutura industrial".....	111
3.3.1 Correlação linear de Pearson.....	111
3.3.2 Análise de regressão linear múltipla.....	113
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	125
1 Conclusões.....	132
2 Recomendações.....	133
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	135
ANEXOS.....	149

ANEXO 1: Modelo para verificação das relações entre as variáveis.....	150
ANEXO 2: Classificação das microrregiões geográficas do Estado de Santa Catarina, segundo os graus de industrialização em 1990.....	152
ANEXO 3: Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização e os graus de industrialização das microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, no ano de 1990.....	155
ANEXO 4: Mapa de localização dos municípios pertencentes a microrregião de Araranguá.....	157
ANEXO 5: Mapa de localização dos municípios pertencentes a microrregião de Lages.....	159
ANEXO 6: Mapa de localização dos municípios pertencentes a microrregião de Blumenau.....	161
ANEXO 7: Questionário aplicado junto às prefeituras, às associações municipais e às associações comercial e industrial das microrregiões pesquisadas..	163
ANEXO 8: Caracterização das microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau.....	167
ANEXO 9: Participação relativa das despesas em custeio e manutenção de serviços em relação à despesa corrente por microrregião e por ano.....	173
ANEXO 10: Participação relativa dos investimentos em relação à despesa de capital por microrregião e por ano.....	175

ANEXO 11: População total e variação por microrregião e por ano.....	177
ANEXO 12: Emprego industrial total e variação por microrregião e por ano.....	179
ANEXO 13: Recursos financiados pelo PROURB às microrregiões em 1990.....	181

LISTA DE TABELAS

1- Participação relativa dos indicadores da despesa pública municipal por categoria econômica, por microrregião e por ano.....	75
2- Total per capita e variação do indicador "despesa corrente" por microrregião e por ano.....	76
3- Estatísticas sumárias das variações do indicador "despesa corrente" por microrregião.....	77
4- Total per capita e variação do indicador "despesa de capital" por microrregião e por ano.....	78
5- Estatísticas sumárias das variações do indicador "despesa de capital" por microrregião.....	79
6- Participação relativa dos indicadores da despesa pública municipal por categoria funcional, por microrregião e por ano.....	81
7- Total per capita e variação do indicador "governo e administração" por microrregião e por ano.....	83
8- Estatísticas sumárias das variações do indicador "governo e administração" por microrregião.....	84
9- Total per capita e variação do indicador "trabalho e previdência social" por microrregião e por ano.....	86

10- Estatísticas sumárias das variações do indicador "trabalho e previdência social" por microrregião.....	87
11- Total per capita e variação do indicador "transporte e comunicações" por microrregião e por ano.....	89
12- Estatísticas sumárias das variações do indicador "transporte e comunicações" por microrregião.....	89
13- Total per capita e variação do indicador "educação" por microrregião e por ano.....	91
14- Estatísticas sumárias das variações do indicador "educação" por microrregião.....	91
15- Total per capita e variação do indicador "saúde e saneamento" por microrregião e por ano.....	95
16- Estatísticas sumárias das variações do indicador "saúde e saneamento" por microrregião.....	95
17- Total per capita e variação do indicador "agricultura e recursos naturais" por microrregião e por ano.....	97
18- Estatísticas sumárias das variações do indicador "agricultura e recursos naturais" por microrregião.....	98
19- Total per capita e variação do indicador "habitação e serviços urbanos" por microrregião e por ano.....	101
20- Estatísticas sumárias das variações do indicador "habitação e serviços urbanos" por microrregião.....	101
21- Total per capita e variação do indicador "indústria e comércio" por microrregião e por ano.....	103
22- Total per capita e variação do indicador "número de estabelecimento industriais" por microrregião e por ano	104

23- Estatísticas sumárias das variações do indicador "número de estabelecimento industriais" por microrregião....	105
24- Total per capita e variação do indicador "renda industrial" por microrregião e por ano.....	107
25- Estatísticas sumárias das variações do indicador "renda industrial" por microrregião.....	107
26- Total per capita e variação do indicador "produtividade industrial" por microrregião e por ano.....	109
27- Estatísticas sumárias das variações do indicador "produtividade industrial" por microrregião.....	110
28- Coeficientes de correlação de Pearson entre as variações dos indicadores das variáveis "despesa pública municipal" e "estrutura industrial".....	112
29- Predição da variação do indicador " número de estabelecimentos industriais" em função da variação dos indicadores da variável independente	115
30- Predição da variação do indicador " número de estabelecimentos industriais" em função da variação dos indicadores da variável independente por microrregião.....	117
31- Predição da variação do indicador " número de estabelecimentos industriais" em função da variação dos indicadores da variável independente por ano.....	119
32- Predição da variação do indicador "produtividade industrial" em função da variação dos indicadores da variável independente.....	120

33- Predição da variação do indicador "produtividade industrial" em função da variação dos indicadores da variável independente por microrregião.....	122
34- Predição da variação do indicador "produtividade industrial" em função da variação dos indicadores da variável independente por ano.....	123
35- Classificação das microrregiões geográficas do Estado de Santa Catarina, segundo os graus de industrialização em 1990.....	154
36- Distribuição dos valores da produção industrial por quartis.....	154
37- Participação relativa das despesas em custeio e manutenção de serviços em relação à despesa corrente por microrregião e por ano.....	174
38- Percentual de investimentos em relação à despesa de capital por microrregião e por ano.....	176
39- População total e variação por microrregião e por ano..	178
40- Emprego industrial total e variação por microrregião e por ano.....	180
41- Recursos financeiros pelo PROURB às microrregiões.....	182

LISTA DE SIGLAS

Siglas dos indicadores da despesa pública municipal por categoria econômica:

DCORPCAP - Despesas correntes

DCAPPCAP - Despesas de capital

Siglas dos indicadores da despesa pública municipal por categoria funcional:

GOVECAP - Governo e administração

TRABCAP - Trabalho e previdência social

TRANCAP - Transportes e comunicações

EDUCCAP - Educação

SAUDCAP - Saúde e saneamento

AGRICAP - Agricultura e recursos naturais

HABICAP - Habitação e serviços urbanos

INDUCAP - Indústria e comércio

Siglas dos indicadores da estrutura industrial:

ESFEI - Número de estabelecimentos industriais

RIPEI - Renda industrial

PRODEI - Produtividade industrial

Outras siglas:

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

AIS - Ações Integradas de Saúde

BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CEME - Central de Medicamentos

CIPLAN - Comissão de Integração e Planejamento do Ministério da Saúde

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

FEAR - Fundo Nacional de Apoio Rodoviário

FMS - Fundo Municipal de Saúde

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM - Imposto de Circulação de Mercadorias

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

IFESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

PLANASA - Plano Nacional de Saneamento

PROURB - Programa de Urbanização

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

UCREs - Unidades de Coordenação Regional de Educação

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o relacionamento entre as variações da estrutura da despesa pública municipal e da estrutura industrial, nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, no Estado de Santa Catarina - Brasil, na década de 80.

Os indicadores da despesa pública municipal utilizados, são: por categoria econômica - despesas correntes e despesas de capital; por categoria funcional - despesas com governo e administração, trabalho e previdência social, transportes e comunicações, educação, saúde e saneamento, agricultura e recursos naturais, habitação e serviços urbanos, e indústria e comércio. Os indicadores da estrutura industrial utilizados, são: número de estabelecimentos industriais, renda industrial e produtividade industrial.

As microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau são selecionadas em função dos baixo, médio e alto graus de industrialização, respectivamente.

Verificou-se que o conjunto dos indicadores da variável independente, por categoria econômica, explica 5,7% da variação no número de estabelecimentos industriais. As despesas de capital são as que apresentam significância nesta relação, principalmente, nas microrregiões de Araranguá e Blumenau. As

despesas por funções governamentais municipais explicam 21,4 % da variação no número de estabelecimentos industriais. O aumento das despesas, principalmente com trabalho, previdência social e educação tem uma relação positiva e direta com o número de estabelecimentos industriais nas microrregiões que apresentam uma infra-estrutura urbana mais organizada, em qualquer período analisado.

Observou-se, também, que a correlação fraca e negativa entre os indicadores da despesa pública municipal e da estrutura industrial comprovam que há uma relação inversa nas suas relações, na qual a renda não é determinada pela variação nos gastos públicos municipais.

Comprovou-se, ainda, que o acréscimo das despesas de capital, em todas as microrregiões e períodos analisados, tem uma relação positiva e direta de 2,2% com a produtividade industrial. Já o aumento das despesas funcionais com "governo e administração" e com "educação", em qualquer microrregião analisada, contribui para a variação de 14,8% na produtividade industrial no período com maiores taxas inflacionárias, considerando as características das microrregiões e o modelo utilizado nesta pesquisa.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyse the relationship between the variations of the structure of municipal public expense and of the structure of industry in the micro-regions of Ararangua, Lages and Blumenau in the eighties.

The indicators used in the structure of municipal public expenses are: within the economic category, operating and capital expenses; within the functional category - government and administration expenses, labor and social & retirement services, transportation and communications, education, health and sanitation, agriculture and natural resources, housing and urban development, and industry and trade. The indicators used in industry structure are: number of industries, industrial income and industrial productivity.

The micro-regions of Ararangua, Lages and Blumenau were selected according to their level of industrialization, that is, low, middle and high, respectively.

It was verified that the set of indicators of the independent variable, within the economic category, is responsible for 5,7% of the variation in the number of industries. Concerning this relationship, the capital expenses

are significant, mainly in the micro-regions of Ararangua and Blumenau. Expenses for municipal government functions explain the variation of 21,4% in the number of industries. The increase of expenses, mainly with labor, retirement services, and education has a positive and direct relationship with the number of industries in the micro-regions which show a better organized urban infrastructure in any period analyzed.

It was also found that the deficient and negative correlation between the indicators of municipal public expense and industrial structure make evident that there is an inverse relationship among the indicators in which income is not determined by the variation in municipal public expenses.

Moreover, it was also evidenced that the increase of capital expenses in all micro-regions and periods analysed has a positive and direct relationship of 2,2% in industrial productivity. On the other hand, the increase of functional expenses of "government and administration" and "education", contributes to a variation of 14,8% in industrial productivity in the period with higher inflationary rates, in any micro-region analyzed and taking into account the features of the micro-regions and the model used in this study.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às instituições e às pessoas que contribuíram para a realização desta pesquisa, especialmente:

- Ao Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que me liberou para cursar o mestrado em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina;
- Ao Curso de Pós-Graduação em Administração (CPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina, aos seus professores e funcionários;
- Às prefeituras, associações comerciais e industriais e associações municipais das microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau que participaram desta pesquisa;
- Ao Prof. Volnei A. Correa (diretor do CEPA), à Profa. Geni D. Valenti (ex-diretora do CEPA) e demais funcionários do mesmo centro que me incentivaram ao longo deste Curso;
- Ao Prof. Francisco G. Heidemann, que, com a sabedoria que lhe é peculiar, orientou esta dissertação;
- Aos Professores Fernando F. Mello, Pedro A. Barbetta e Augusto C. Zeferino, deram préstimos inestimáveis para a realização

deste trabalho;

- Ao colega Nelson Carmona, pelo constante e competente apoio administrativo;
- Aos colegas do Curso de Mestrado em Administração da UFSC;
- Dedico esta dissertação com carinho àqueles que contribuíram de alguma forma para a realização desta pesquisa.

INTRODUÇÃO

O crescimento industrial é um importante fator para a medição do desenvolvimento de uma região, pois o volume das atividades econômicas resultantes do aumento da produção industrial gera novos empregos e melhora os níveis de renda nos municípios.

Esse crescimento se dinamiza à medida que o setor privado invista sua poupança na expansão industrial, a fim de atender a novas exigências de mercado, e à medida que as prefeituras ofereçam melhores condições de infra-estrutura econômica e social nos municípios, por meio da despesa pública.

Parte-se do pressuposto de que a estrutura dos dispêndios públicos municipais, na produção de bens e serviços públicos, e a estrutura industrial apresentem características semelhantes em municípios da mesma microrregião geográfica.

Além disso, a participação do Estado no âmbito municipal tem, também, a função de reduzir os graves problemas sócio-econômicos, gerados pela falta de oportunidades de trabalho, principalmente entre a população jovem. Esses problemas podem ser amenizados na medida em que os gastos públicos municipais sejam orientados para aumentos na produção, fomentando, assim, o

crescimento da atividade industrial e a diminuição das desigualdades regionais.

No Estado de Santa Catarina, as desigualdades regionais são percebidas com maior nitidez quando se verificam os diferentes graus de industrialização nas microrregiões geográficas. Em consequência dessa classificação, este trabalho adota como população as microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, com baixo, médio e alto valor de produção industrial, respectivamente. Para o estudo comparativo entre essas microrregiões são selecionadas as variações entre os anos de 1980, 1985 e 1990 dos indicadores da despesa pública municipal e da estrutura industrial.

Neste sentido, a presente pesquisa visa analisar a relação entre a despesa pública municipal e o crescimento industrial nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, na década de 80.

Para fins de análise, são considerados como indicadores da despesa pública municipal, aqueles contidos na classificação estabelecida pela Lei 4320/64, ou seja: por categoria econômica - as despesas correntes e despesas de capital, e por categoria funcional - as despesas nas funções de administração e governo, trabalho e previdência social, transportes e comunicações, educação, saúde e saneamento, agricultura e recursos naturais, habitação e serviços urbanos, e indústria e comércio. Por sua vez, os indicadores da estrutura industrial são: o número de estabelecimentos industriais, a renda industrial e a produtividade industrial.

O método comparativo de análise permite avaliar as tendências e regularidades entre as microrregiões analisadas no

decorrer dos períodos pesquisados.

As principais relações entre as variações da despesa pública municipal e da estrutura industrial são verificados a partir dos índices obtidos na correlação, regressão múltipla e teste de hipóteses dos indicadores selecionados.

É importante alertar desde já que o modelo da pesquisa não se aplica inteiramente a qualquer desenvolvimento regional, e nem servirá como parâmetro de resultado a outras microrregiões não pertencentes à população da pesquisa.

Este trabalho preocupa-se em identificar e conhecer a dinâmica dos gastos públicos municipais, a expansão da estrutura industrial e suas inter-relações nas microrregiões com diferentes graus de industrialização. Com isto, pode-se verificar se a relação entre a despesa pública municipal e o crescimento industrial se dá, principalmente, nas microrregiões menos industrializadas e em qualquer período analisado.

Neste sentido, tais conclusões são oportunas para o planejamento da despesa pública municipal nas microrregiões analisadas e adequadas à formulação de uma sucedida política microrregional de industrialização.

1 Definição do Problema

A participação das diferentes funções do setor público na atividade econômica tem sido ampliada nas economias modernas por força do crescente alargamento das responsabilidades dos governos

municipais. Contudo, o processo de tomada de decisões relativo à alocação de recursos não se restringe apenas à escolha da função que deve ser encarregada da execução de novas atividades, mas inclui, também, o objetivo esperado no crescimento econômico.

Segundo Rezende (1974), as restrições com referência a comprovações internacionais e interestaduais tornam muito mais complicada a tarefa de dimensionar a participação do governo nos diferentes setores. Já o conhecimento das limitações institucionais municipais, de forma detalhada, facilita a interpretação das decisões adotadas, quanto à alocação de recursos, visando o crescimento econômico.

Existe uma noção mais ou menos generalizada de que a redução das despesas correntes no setor público, principalmente as de custeio de pessoal, permite um maior incremento nas despesas com investimento, quando o objetivo da intervenção governamental é o de crescimento econômico. Todavia, as análises dessas despesas requerem a devida cautela, por não considerarem a problemática da qualidade dos bens e serviços produzidos na região analisada. Estudos recentes têm sugerido, para a avaliação de dispêndios públicos, a análise do insumo-produto e do custo-benefício. Para Bukhead e Miner (1972), a impossibilidade de isolar a oferta da demanda nas análises empíricas do setor público tem direcionado a maioria dos estudos para a pesquisa de fatores associados com o volume de gastos realizados.

De qualquer forma, o Estado, conforme Guimarães (1970), tem sido e continuará sendo, durante muito tempo, o principal "agente econômico" numa região, independentemente de preferências individuais ou inclinações ideológicas. Autores como Cardoso

(1983), Gramsci (1989), Bobbio (1987), Silva (1986) e Monteiro (1982) têm dado contribuições para o entendimento da questão da intervenção do Estado no crescimento econômico. Além desses, Almond e Powell Jr (1972) e Francisconi e Souza (1976) deram ênfase à intervenção do Estado num enfoque regional.

A análise da estrutura dos gastos fornece indicações a respeito daquelas atividades em que a participação do governo municipal, em termos de volume de recursos aplicados, é importante. Trabalhos como os de Borges e Botelho (1980) e Rezende (1982) abordam algumas análises descritivas dos dispêndios públicos municipais.

Uma análise preliminar da eficiência do setor público, na utilização de recursos, pode ser efetuada a partir da desagregação da despesa total, por categoria econômica e por categoria funcional. Trabalhos, como os de Johansen (1970), Rezende e Mahar (1974), Azzoni (1982), Hay (1984), Harbinson e Myers (1965), Dalton (1980), Schultz (1987), Najar e Fiszon (1989), Médici (1989a), Souza (1973) e Albuquerque (1989), têm tido a preocupação com a caracterização de uma função governamental na estrutura de dispêndios públicos, obtendo resultados quantitativos importantes.

Hansen (1967), Bryce (1970), Barat (1976), Souza e Castro (1974), e George e Joll (1981) deram contribuições significativas para o entendimento das relações entre alguns indicadores da estrutura industrial e da estrutura de dispêndios públicos.

Além disso, pouco se sabe se a existência dessas relações vigoram para qualquer tipo de microrregião ou se existe uma

dependência do grau de industrialização em que se encontram.

Todavia, as principais análises a respeito da despesa pública, do crescimento econômico e suas inter-relações foram realizadas nos trabalhos de Rezende (1974) e (1983) e de Musgrave (1980). No entanto, a abordagem macroeconômica desses autores sempre refletiu os objetivos econômicos, internacionais, nacionais e/ou interestaduais. Os estudos nos âmbitos microrregional e municipal tomaram rumos diferentes, de acordo com os objetivos da pesquisa dos autores.

Outra constatação importante é que na década de 80, a conjuntura econômica brasileira teve dois períodos importantes com respeito à inflação: de 1980 a 1985 - média da taxa de inflação igual a 120,36%; de 1985 a 1990 - média da taxa de inflação igual a 218,94%. Tendo em vista esta constatação, surge a questão: qual seria o comportamento das relações entre as estruturas públicas e privadas nos períodos com taxas inflacionárias diferenciadas ?

A partir dessas observações, formou-se o seguinte problema : Qual a relação entre a despesa pública municipal e o crescimento industrial, nas microrregião de Araranguá, Lages e Blumenau, na década de 80 ?

A relevância teórica deste trabalho reside no fato de que o problema de pesquisa acima implica na utilização de um modelo de política racional de alocação de recursos, quando a meta governamental é de crescimento industrial. A comparação entre a dinâmica dos gastos públicos e do crescimento industrial mostra as tendências e regularidades, nessa relação, subsidiando estudos de planejamento microrregional.

Do ponto de vista prático, a intenção de concorrer para a avaliação da despesa pública municipal e o crescimento industrial em microrregiões, com diferentes graus de industrialização, permite a prefeituras programar seus novos investimentos, quando um dos objetivos municipais é o crescimento industrial. Para Faria e Fragometi (1981), a importância que a indústria representa na atividade econômica justifica a procura por uma análise mais atenta, do que usualmente ela recebe, na determinação de prioridades na alocação de recursos dos serviços públicos.

A demonstração das tendências e da regularidade do crescimento industrial colabora para a avaliação de novos empreendimentos, voltados para a utilização dos recursos existentes na microrregião. Esses empreendimentos criarão oportunidades de empregos para a mão-de-obra que abandona as atividades rurais, como, também, para a população jovem que ingressa anualmente no mercado de trabalho. Para Souto-Maior (1992), os estudos de microrregionalização são úteis porque mostram aos governos as funcionalidades e as distorções na organização do espaço estadual, possibilitando a intervenção deles no desenvolvimento econômico equilibrado.

Além disso, a análise dos investimentos permitirá aos planejadores municipais e aos do Estado, bem como aos empresários e a seus órgãos representativos, conhecer o perfil de suas estruturas, com o que poderão priorizar os recursos capazes de promover o desenvolvimento industrial e o bem-estar da população. Como diz Mattos (1986), a desconcentração e a diversificação do

sistema econômico catarinense transformam a variável regional num elemento da maior relevância na equação do seu desenvolvimento.

2 Objetivos da pesquisa

Tendo em vista o problema de pesquisa formulado na seção precedente, nesta pesquisa tem-se por objetivo geral analisar a relação entre a despesa pública municipal e o crescimento industrial nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, na década de 80.

Especificamente, procura-se:

- a) identificar, com base na literatura especializada e nas características das microrregiões, indicadores relevantes da estrutura dos dispêndios públicos e da estrutura industrial;
- b) verificar a relação entre as variações dos indicadores da variável independente "despesa pública municipal" e da variável dependente "estrutura industrial", utilizando o método comparativo de análise, e
- c) analisar comparativamente as variações dos indicadores das estruturas da despesa pública municipal e da indústria, nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, entre os anos de 1980, 1985 e 1990.

3 Estrutura do trabalho

Visando atingir os objetivos propostos, o desenvolvimento deste trabalho é dividido em três capítulos, antecédidos pela introdução e culminados com a conclusão, conforme descrição dada a seguir.

Na introdução aborda-se o tema da pesquisa, formula-se o problema, justificando a sua relevância teórica e prática, e apresentam-se os objetivos a serem atingidos.

O primeiro capítulo do desenvolvimento do trabalho reporta-se à fundamentação teórica relacionada ao problema de pesquisa. Inicia-se pela discussão da intervenção do Estado no sistema econômico, descrevem-se as políticas regionais e as decisões locacionais, reportam-se a alguns estudos da localização industrial e, posteriormente, articulam-se o modelo de política racional, os modelos de análise e os modos de investigação, escolhendo os instrumentos de análise para esta pesquisa. Na sequência, analisa-se a estrutura da despesa pública no âmbito municipal, selecionando alguns trabalhos que estudaram o comportamento da despesa pública, por categoria econômica e/ou funcional. Conclui-se o capítulo com as principais abordagens sobre a estrutura industrial.

O segundo capítulo refere-se à metodologia utilizada no estudo. Formulam-se as hipóteses de pesquisa, definem-se constitutiva e operacionalmente as variáveis e seus indicadores, apresentam-se os dados e seus tratamentos e, por fim, as limitações da pesquisa.

O terceiro capítulo trata da apresentação e análise dos dados. Em primeiro lugar, realiza-se uma análise descritiva da variável independente "despesa pública municipal" (por categoria econômica e por categoria funcional) e da variável dependente "estrutura industrial" (número de estabelecimentos industriais, renda industrial e produtividade industrial). Após o estudo descritivo, procura-se verificar as relações entre essas variáveis, através da análise de regressão.

O texto deste trabalho culmina com a conclusão, onde são compiladas e reforçadas as conclusões dos capítulos antecedentes, e são apresentadas recomendações para possíveis estudos relacionados ao tema da pesquisa.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Intervenção do Estado no sistema econômico

A intervenção do Estado no sistema econômico expandiu-se, no presente século, não somente pela evolução dos princípios teóricos, mas também pelo aumento dos desníveis sócio-econômicos e pela necessidade de um crescimento econômico voltado às peculiaridades regionais.

A medida que os valores da sociedade se coadunam com a opção pelo sistema capitalista e com sua integração na economia internacional e, ainda, à medida que se possui um modelo de desenvolvimento baseado nessa integração, então, obviamente, esse aspecto central do funcionamento do sistema econômico-social do país em mutação poderá influir nos padrões da localização das atividades econômicas, da população e da infra-estrutura.

Nesse sentido, a intervenção do Estado como elemento planejador, direta ou indiretamente tenderá a reforçar a escolha de certos aspectos geográficos para a distribuição das atividades econômicas, com conseqüentes modificações nos atrativos locais das várias áreas geográficas.

No entanto, Cardoso (1963) explica que a existência de

planos públicos com fins sociais não pode deixar de lado as condições de demanda por serviços públicos. Alguns Estados contemporâneos têm sofrido imposição de organismos internacionais pela defasagem acumulada no grau de apropriação desses serviços. Esses fatores têm contribuído para as pressões coletivas ajustarem as ações de certas agências do governo, principalmente, visualizadas nas funções saúde e saneamento.

A condição de investidor de poupança que o Estado detém - como regulador da valorização/desvalorização de títulos públicos, por meio da inflação ou da deflação - pode ser caracterizada como sendo uma outra forma de intervenção. O Estado passa a ser o controlador das aplicações financeiras que fornece. Gramsci (1989,p. 409) enfatiza que "efetivamente não se trata só de conservar o aparelho produtivo existente num determinado momento, trata-se de reorganizá-lo para desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas."

Nessas condições, os intermediários financeiros públicos passam a ser os grandes financiadores do capital privado. Suzigan (1976, p. 18) já confirmava tal processo, dizendo que "o papel do Estado, enquanto agente financeiro, supre (sic) recursos ao setor privado nas faixas de créditos em que o sistema financeiro não tem condições de suprir adequadamente, especialmente recursos a longo prazo, para capital de investimento."

Bobbio (1987, p. 115) salienta, ainda, que:

"a formação do estado absoluto ocorre através de um duplo processo paralelo de concentração e de centralização do poder num determinado território. Por concentração, entende-se aquele processo pelo qual os poderes através dos quais (sic) se exerce a soberania; por centralização,

entende-se o processo de eliminação de ordenamentos jurídicos inferiores, como as cidades, as corporações, as sociedades particulares, que operam e sobrevivem não mais como ordenamentos originários e autônomos, mas como ordenamentos derivados de uma autorização ou de tolerância do poder central."

A tentativa de explicar a função econômica ligada ao processo de intervenção pelo Estado torna-se importante à medida em que a inferência lógica da atuação do Estado pode ser explicada pelos dispêndios do setor público. A análise da aplicação do capital em infra-estrutura e sua manutenção pelas políticas públicas facilitam o entendimento dessa afirmação.

Políticas públicas, conforme Oslak (1982, p. 20), "são em sua formulação - a expansão pura e genuína do interesse geral da sociedade, porque sua legitimidade deriva de um processo legislativo democrático, ou da aplicação de critérios e conhecimentos tecnicamente racionais para a solução de problemas sociais." Para Silva (1986) a questão da adequação/articulação entre o processo de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social depende das formas em que se constituíram as bases técnicas, financeiras e sociais do Estado, como agente promotor do binômio acumulação e equidade social.

Portanto, a atuação do Estado, num contexto político, é afetada por diferentes planos de investimentos em educação, industrialização, estrutura e organização familiar e no planejamento urbano e regional. No entanto, a habilidade para lidar com a interação de diversas variáveis, nas limitações estruturais, segundo Almond e Powell Jr. (1972), é o que nos capacita a passar de uma orientação ideológica sobre o

desenvolvimento político e da modernização, para os programas de desenvolvimento em termos seculares de "probabilidade".

Para Monteiro (1982), a política governamental poderá concorrer para atribuir pesos diferenciados na escolha dos projetos de desenvolvimento, atrelando incentivos ou punições às conseqüências dessa escolha. Por exemplo, os incentivos fiscais quando relacionados aos investimentos industriais podem ser tão significativos que a sua simples existência concorre para a aprovação de um determinado projeto industrial pelo empresariado.

A articulação de uma política setorial baseada na concepção do desenvolvimento econômico e voltada para os potenciais regionais pode se constituir uma alternativa para as regiões que dependem do seu próprio mercado de insumos e produtos. No entanto, a execução dessa política é condicionada à permanente avaliação da sociedade ou de seus representantes. Conforme Bellavance (1985, p.168), "as políticas e programas governamentais são continuamente transformados no curso de sua implantação e gestão. Conhecer os objetivos do programa, estar consciente da coação que pode sobrevir na ação é insuficiente para predizer ou controlar os resultados da execução."

A relevância dessa participação também se dá no acompanhamento do processo de políticas setoriais de desenvolvimento para que não seja absorvido por interesses autônomos. Cohn (1973, p. 63), quando fala sobre a criação do BNE e da SUDENE, salienta que "ambos os órgãos têm origem na esfera federal, para a qual o setor industrial já se sobrepõe ao agrícola, havendo uma preocupação explícita com o desenvolvimento

industrial, associada a uma maior interferência estatal na economia."

Contudo, para garantir o atendimento das questões locais, é necessário, ainda, se fazer presente um processo de conscientização dos formuladores de políticas públicas. Segundo Francisconi e Souza (1976, p.13),

"os responsáveis pela política de desenvolvimento nacional colocam em segundo plano os problemas de otimização espacial e de organização do território. Isto não significou, porém, que o elemento espaço, dentro das peculiaridades do sistema urbano brasileiro, fosse esquecido ou ignorado; ao contrário, a ampliação dos conhecimentos existentes em economia regional, economia urbana e teoria da localização foi considerável. Os projetos mais importantes (por exemplo: pólos petroquímicos) utilizaram esses conhecimentos, que foram frequentemente aplicados em políticas setoriais."

A partir dessas contribuições sobre o processo de intervenção do Estado e sua influência no sistema econômico, pretende-se, na sequência deste tópico, desenvolver o estudo das políticas regionais, das decisões locacionais e, por fim, retratar algumas experiências na localização industrial.

1.1.1 As políticas regionais e as decisões locacionais

Diante de um sistema econômico regional, é possível agrupar as decisões do Estado em duas formas principais: a ação governamental direta e ação governamental indireta.

Na ação governamental direta, percebe-se a fixação dos objetivos diante de uma estratégia planejada. Ao contrário, quando se consideram as escolhas dos meios e das manobras alternativas, segundo as circunstâncias, trata-se de uma estratégia de oportunidade. Esta última estratégia pode ser exemplificada com a administração corrente dos serviços públicos, onde prevalece a dispersão (Britto, 1986).

A ação governamental indireta trata dos incentivos e dos atos políticos externos que propiciem o desenvolvimento de uma região. Pinto e Bazzanella (1969) discordam deste enfoque, enfatizando que grande parte da responsabilidade nas decisões que levam ao desenvolvimento econômico, desde o início do século, principalmente nos países latino-americanos, recai nas "mãos privadas".

De qualquer forma, as desigualdades regionais nos níveis, tanto de rendas quanto de empregos, como a experiência dos países desenvolvidos tem demonstrado, estão presentes na evolução social, no processo do crescimento econômico e nas diferentes áreas de uma mesma economia.

O aumento dessas desigualdades dá-se, principalmente, quando as regiões mais desenvolvidas podem ter maior nível de renda e de poupança para estimular novos investimentos privados e obter recursos para investimentos públicos. Já as regiões menos desenvolvidas dependem, ainda, dos incentivos fiscais para atrair novos investimentos, o que pode acarretar em aumentos na arrecadação, por parte do Estado, mas não diminuem a dependência da transferência de recursos da União. Além disso, as regiões mais favorecidas têm melhores ofertas aos empresários,

relativamente à infra-estrutura e à barganha de alíquotas, ao contrário das outras regiões.

A conscientização política quanto a esses desequilíbrios geralmente acontece quando outras regiões atingem graus relativamente elevados de progresso social e de desempenho econômico. Segundo Albuquerque e Cavalcanti (1976, p. 1),

"o reconhecimento político desses desníveis inter-regionais verifica-se também, comumente, em etapas em que a sua progressiva correção é financeira e tecnicamente viável com a mobilização de recursos internos disponíveis: reconhece-se a atrofia por que passa uma parte da comunidade nacional, de que resulta a expectativa de um tratamento específico, fundamentado em diagnóstico que esclareça e prescreva a sua terapêutica".

De fato, como aparentemente sugere a experiência internacional, o centro propulsor do progresso econômico e social dos países de grandes dimensões tende a se estabelecer em determinada região para a qual irão convergir todos os recursos a serem realocados. Myrdal (1966) batizou esse efeito de **backwash effect**. É em virtude dele que o desenvolvimento se firma como processo causador de desequilíbrios.

Na França, conforme Andrade (1971), o "aménagement do territoire" é a arma utilizada por geógrafos e economistas, para fazer, em comum, uma programação econômica-regional, a fim de que as regiões subdesenvolvidas fiquem próximas ao grau de desenvolvimento de outras regiões ricas.

Em defesa de uma política regional, os principais argumentos, defendidos por George e Joll (1981), são: uma alocação de recursos entre as regiões que seja mais próxima do

ótimo social; um nível geral mais baixo de desemprego, associado a uma taxa baixa de inflação; e a busca pela plena utilização da força de trabalho nas regiões que hoje são menos prósperas.

A participação do governo municipal na promoção do desenvolvimento econômico e social vem sendo usada como um componente estratégico nas políticas nacionais de desenvolvimento pelos países desenvolvidos. Esse potencial, ainda que pouco explorado pelos países em desenvolvimento, tem gerado resultados significativos em sociedades avançadas.

No Brasil, a função dos governos estaduais tem sido a de orientar as ações para um esforço de coordenação administrativa, visando a adequarem-se ao conjunto de metas, de programas e de orientações básicas da política econômica nacional. Em vista disso, muitos estados buscaram, por meio de programas e de projetos orientados, acelerar o crescimento de sua renda per capita. Para Haddad (1975, p. 9), os planos estaduais devem, pois, considerar que "há problemas regionais que não são contemplados dentro dos objetivos nacionais de desenvolvimento, já que se manifestam no interior da região e originam fluxos de natureza apenas intra-regional."

Portanto, no planejamento centralizado, o objetivo precípua pode ser o de maximizar um certo índice de bem-estar econômico nacional, enquanto que, no planejamento regional, busca-se criar as condições para uma região individualizada, por meio de escolhas de custos de oportunidade, em função da localização e da aglomeração de seus fatores.

1.1.2 Localização de estruturas e as regiões homogêneas

As análises clássicas sobre a teoria da localização subsidiam os estudos de localização da estrutura industrial e da pública, utilizando modelos de locação-alocação de estruturas.

Um estudo mais recente sobre a literatura substancial em análise locacional foi desenvolvido por Zeferino (1989). Segundo esse autor os trabalhos de Weber (1929) e Christaller (1933) deram início à teoria da localização. Weber objetivou determinar o sítio de localização que iria maximizar os lucros através da minimização de despesas totais, e Christaller formulou a teoria do lugar central.

Losch (1938) abordou, originalmente, o inter-relacionamento entre localização e processos econômicos, incluindo áreas de mercado.

Isard (1960) desenvolveu a teoria da economia espacial, abordando métodos de análises regionais.

A partir da década de 60, foram sendo realizados vários estudos sobre locação-alocação de estruturas públicas e privadas. Autores como: Alonso, Berry e Vance (apud Zeferino, 1989) desenvolveram análises descritivas sobre localização de residências em áreas urbanas, de mercados varejistas e de mercados atacadistas, respectivamente.

Em 1971, Browley (apud Zeferino, 1989) começou a se dedicar aos estudos de mercado de distribuição de produtos agrícolas e, em 1975, Plattner (apud Zeferino, 1989) concentra-se no exame de sistemas integrados em mercados regionais. Contudo, Zeferino

(1989) comenta que esses autores contribuíram muito mais para se levar em frente várias questões sobre a análise locacional do que para a formulação e o desenvolvimento de teorias locacionais.

De qualquer forma, as teorias da localização sugerem, em comum, que o crescimento se passa numa área de atividades econômicas, que é dirigida por dois fatores: acesso à competitividade de custos para a produção e acesso à competitividade de custos para a venda. Portanto, os custos das vendas e de produção variam de um lugar para o outro, dependendo de variações no acesso aos insumos básicos e ao mercado; tais variações é que são importantes para a identificação de atividades específicas em cada região.

As economias internas de escala de uma empresa individual são úteis para o significado do modelo de localização. Tais economias direcionam as firmas de grande porte para a redução do número de insumos, ou de vendas necessárias. Se numa região se transferir esse tipo de relação entre insumos e produtos para outros setores, representará um excelente fator para a localização de atividades econômicas.

Portanto, a relevância da análise dessas relações está na identificação de variáveis que estejam atuando com homogeneidade e que sejam estrategicamente importantes, para determinar-se o crescimento relativo no volume das atividades do setor público e do setor privado.

Nessas condições, as regiões homogêneas têm sido alvo de estudo, tanto para as teorias da localização quanto para as teorias do planejamento regional. Segundo Richardson (1973, p.

15), o conceito de região homogênea é baseado no ponto de vista de que "as áreas geográficas podem estar ligadas como uma região única quando partilham características uniformes. Essas características podem ser econômicas, geográficas ou mesmo sociais ou políticas."

Para Hilhorst (1974, p. 99) "a análise de homogeneidade no planejamento regional é dupla: primeiramente, para o nosso melhor conhecimento da região; em segundo lugar, para que nos seja de utilidade na determinação das áreas onde o esforço de desenvolvimento alcance maiores proveitos." Neste último, exigirá por um lado a avaliação das facilidades existentes, propiciadas pela infra-estrutura e, por outro lado, a avaliação do potencial para o desenvolvimento futuro. Estes resultados serão de grande importância para a localização de atividades que o Estado deseja promover e para a escolha das metas a serem alcançadas. Quando a meta a ser alcançada, por exemplo, é a urbanização, Campos Filho (1986) explica que a localização de rede de cidades apresenta desequilíbrios e os problemas ficam sendo resolvidos por ações governamentais, implementando políticas de desconcentração e descentralização de atividades econômicas no território.

O importante disso é assinalar que o processo de localização de estruturas pode ser observado em regiões homogêneas e, que esse processo está em interação contínua com as linhas de ação das políticas sociais e das decisões locacionais.

No item a seguir será descrito o modelo de política racional que corrobora com a aplicação de modelos quantitativos de análise da economia regional.

1.1.3 Modelo de política racional

O papel do governo na formação de capital tem duas alternativas: investir diretamente na produção de bens e serviços públicos e semi-públicos ou investir indiretamente, através do estímulo à iniciativa privada, para "forçar" um aumento nos recursos disponíveis para o crescimento da produção. Neste último caso, pode-se avaliar a concessão de favores fiscais e/ou creditícios ao setor privado.

Segundo Silva (1986), quando o objetivo de uma intervenção governamental é o crescimento econômico, através da produção de bens públicos e semi-públicos, faz-se necessário avaliar a estrutura dos gastos públicos.

Diante desse objetivo, quando a política está voltada à industrialização, o modelo de análise sugerido por vários autores é o da dependência entre a estrutura dos gastos públicos e a estrutura industrial.

De acordo com Bryce (1970, p.96), "a indústria depende da existência de meios de utilidade pública que servem, por igual, não só a numerosos outros empreendimentos, mas também ao resto da comunidade".

Já Kuznets (1974) enfatizava que há vários fatores influenciando no crescimento industrial, entre eles: a tendência decrescente da participação do setor agrícola e o aumento considerável da produtividade no setor secundário.

Galbraith (1983, p.231) defende a idéia de que existe "um complexo fluxo de influência nos dois sentidos", ou seja, dos

serviços do Estado em relação à expansão industrial e vice-versa.

Para Fürst, Klemmer e Zimmermann (1983), a estrutura otimizada dos gastos públicos, numa política de crescimento, dar-se-ia, quando a maior produtividade do fator capital real fosse grande em todas as unidades territoriais.

Calabi e Luque (1985) concluíram, em seus estudos, que os determinantes do mecanismo cíclico da expansão industrial se dão através dos investimentos que, quando não compensados por investimentos públicos pró-cíclicos, são seguidos por flutuações na renda, na produção e no emprego.

Neste contexto, a intervenção direta do governo na produção de bens públicos e semi-públicos, objetivando a formação de capital através do crescimento industrial, permite adotar uma política racional na alocação de recursos. Para Dye (1984), a política racional é a que produz ganho social máximo, isto é, quando a diferença entre os valores que ela proporciona é maior que os valores dos custos de outras políticas. Por exemplo, quando trata-se da política de desenvolvimento de infra-estrutura econômica e social de municípios para o fomento do crescimento industrial, faz-se necessário avaliar se as políticas de financiamentos, de incentivos fiscais ou de produção direta de produtos pelo Estado são menos oportunas.

Vários modelos de análise têm adotado este racionalismo nas decisões que envolvem dispêndios públicos. Para exemplificar, o modelo de otimização de Thoss (apud Fürst, Klemmer e Zimmermann, 1983) é o modelo regional de decisão mais encontrado na Alemanha e pode explicar que a produtividade do fator capital é maior nas

regiões de mais baixa intensidade de capital.

Destaca-se, aqui, a contribuição de um modelo baseado na política racional da alocação de recursos que parece ser essencial na avaliação de estruturas de dispêndios públicos.

No item a seguir, serão descritos alguns modelos quantitativos e modos de investigação que propiciaram a definição dos meios de análise para esta pesquisa.

1.1.4 Os modelos de análise e os modos de investigação

Vários trabalhos têm se destacado na análise de dados quantitativos de organização formais.

Contudo, ao se avaliar a estrutura de dispêndios públicos, a estrutura industrial e suas inter-relações, tanto o objeto da pesquisa quanto a sua operacionalização são indissociáveis da análise empírica da sua fundamentação teórica.

Segundo Weber (1968), o Estado moderno e o capitalismo fizeram prevalecer a burocracia como forma de organização. E, sem dúvida, a sociedade moderna tem dado relevância ao racionalismo, à eficiência e à competência.

Nesse sentido, o modelo convencional de análise de organizações formais parte do pressuposto que existe uma estrutura formal, através de mecanismo de controle, para consecução de objetivos prescritos. Quando esses objetivos a serem alcançados, estão inseridos num contexto regional, segundo Haddad (1989) os modelos de análise mais conhecidos são os: econômicos, normativos, estocásticos, macroeconômicos e

microeconômicos.

Os modelos econômicos estabelecem equações para resolver problemas de técnica, de identidade, de equilíbrio e de relação institucional entre variáveis.

Quando as variáveis servirem para analisar consequências de metas, estabelecidas em planos governamentais, trata-se dos modelos normativos.

Os modelos estocásticos estabelecem equações cujo comportamento das variáveis são descritos através de probabilidades e explicações estatísticas.

Os modelos classificados de acordo com o nível de agregação da análise são: análise microeconômica e análise macroeconômica. Os estudos microeconômicos concentram-se no estudo do comportamento de agentes econômicos individuais, enquanto que a análise macroeconômica preocupa-se em descrever o funcionamento dos agregados de um sistema, baseado em estudos estatísticos sobre o comportamento das variáveis.

Dentre os principais modos de investigação encontrados, destaca-se: o estudo de casos, a análise comparativa, a experimentação e a simulação.

Conforme Bruyne (1977), o estudo comparativo de alguns casos num longo período de tempo, permite estabelecer relações entre os elementos de variáveis organizacionais e testar hipóteses, observando o que se passa quando um deles muda.

Tendo em vista que as variáveis ambientais e tecnológicas afetam o desempenho das organizações, algumas teorias foram desenvolvidas pelo paradigma convencional, como a de Parsons

(apud Etzioni, 1973) para a análise comparativa de organizações.

Parsons (1969) classificava os componentes estruturais da sociedade pela interação de dois fatores: a ordem normativa e a população coletivamente organizada. A interação que caracteriza o sistema social refere-se aos vários papéis e valores do homem, na coletividade, que são adquiridos na evolução da sociedade. Portanto, o aspecto comparativo de uma análise empírica representará o esquema destas categorias estruturais.

Para Machado (1991), o enfoque preferencial na análise parsoniana é o nível cultural e institucional, onde valores e normas governam coletividades e papéis no sentido de integrar indivíduos e subsistemas.

Além disso, as interações do sistema político e do espaço supõe uma base territorial definida sobre a qual se manifestam os grupos de interesses e as influências dos agentes geográficos (Britto, 1986). Essa mesma idéia é apresentada no modelo aplicado por Hay (1984), no qual as regiões são consideradas como relativamente fechadas ao comércio interregional, conclui-se que o padrão de desenvolvimento industrial brasileiro é explicado pelas condições de oferta e demanda de insumos e de produtos em cada região.

Cumprir compreender, aqui, que o problema da autonomia regional coloca-se igualmente no contexto mais amplo das formas de ação política sobre o espaço regional. Estudos quantitativos como os de Brow (1972) têm mostrado que as fraquezas estruturais das regiões têm sido importante fator explicativo das diferenças regionais do crescimento do emprego industrial.

Portanto, neste trabalho, por se tratar da relação entre a

estrutura de dispêndios públicos e a estrutura industrial, optou-se por um modelo estatístico de análise para predizer a meta de crescimento industrial (aqui pode ser entendido como um modelo normativo), utilizando uma abordagem macroeconômica. Quanto ao modo de investigação, foi escolhido a análise comparativa, por demonstrar evidências nas regularidades entre estruturas organizacionais e permitir o estudo das relações entre essas organizações.

Na sequência deste trabalho, apresentam-se alguns estudos e pesquisas sobre a despesa pública, no contexto municipal, e suas relações com o crescimento industrial.

1.2 Despesa Pública Municipal

A despesa pública, segundo a opinião da maioria dos economistas, é o dispêndio feito pelo Estado para a satisfação das necessidades públicas, como: a proteção da saúde, a garantia da propriedade e da liberdade, a justiça, a difusão da instrução etc.

Como a despesa pública municipal atende aos mesmos princípios e normas da despesa pública da União (Lei 4320 de 17 de março de 1964) que determinam a sua execução, descrevem-se, neste momento, os principais trabalhos que contribuíram para o entendimento dos gastos públicos.

As análises globais mais conhecidas sobre o comportamento dos dispêndios públicos são de autoria de Adolph Wagner e de Peacock

e Wiseman.

A lei de Wagner (apud Musgrave e Peacock, 1958) estabelece a seguinte proposição: "à medida que cresce o nível de renda em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do governo na economia acompanha o próprio ritmo de crescimento econômico do país."

Peacock e Wiseman (1961) argumentam que as possibilidades de crescimento dos gastos são limitadas pelas possibilidades de expansão da receita, isto é, no limite da carga tributária imposta à população.

Uma das conclusões do trabalho de Pryor (1968) aponta que a expansão dos gastos relaciona-se muito mais com a necessidade de eliminar obstáculos à expansão da atividade econômica, com o provável efeito multiplicador da expansão dos gastos, do que em relação ao aumento da capacidade produtiva da economia.

Lotz, em 1970, conclui que as despesas com bem-estar social (saúde e educação), além da maior participação relativa dos gastos em infra-estrutura econômica em regiões menos desenvolvidas, estão limitadas aos valores obtidos na receita.

Ainda em 1970, Bird recomenda que os estudos sobre gastos por setores adotem uma abordagem alternativa para o estudo do problema, isto é, uma orientação baseada na análise histórico-institucional de dados.

No Brasil, os estudos mais relevantes foram realizados por Rezende (1974). De acordo com este autor, em períodos que uma das principais causas da inflação é o crescente déficit do governo e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do crescimento econômico

depende de mais investimentos, a solução encontrada é de reduzir o custeio de pessoal.

Musgrave (1980, p.123) também conclui que "dependendo do estágio de desenvolvimento econômico de um país, a estrutura de formação de capital pode apresentar características que recomendem uma maior ou menor participação do setor público."

No entanto, dirigir o desenvolvimento, através de instrumentos de política pública requer algumas considerações importantes. Rezende (1982) alerta que a atuação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem na administração pública brasileira retira dos estados e municípios o poder de decisão numa área essencial da ação governamental, ou seja, o transporte. A extensão deste exemplo nos setores de energia, das comunicações e dos serviços urbanos vem prejudicando as áreas de diversidades sociais mais acentuadas e diminuindo a manifestação de preferências, dos que orientam a decisões governamentais municipais.

Conforme Borges e Botelho (1980, p. 17):

"a difícil situação financeira em que se encontram os municípios tem sido atribuída à incapacidade das administrações locais de gerarem recursos suficientes ao atendimento da demanda de serviços públicos, quer seja pela discriminação tributária desfavorável, quer pela ineficiência das transferências, na complementação das reais necessidades."

A seguir serão apresentados alguns estudos sobre a despesa pública de acordo com a natureza dos gastos. Serão abordadas, ainda, algumas relações entre a estrutura de dispêndios públicos

e o crescimento industrial.

1.2.1 Despesa pública por categoria econômica

A classificação das despesas por categoria econômica é inspirada no esquema estabelecido pela Contabilidade Nacional e objetiva dimensionar a participação dos governos nos gastos correntes e de capital.

Musgrave (1980, p. 118), quando se refere as despesas de capital, enfatiza que "na medida em que a renda se eleva, uma crescente parcela do investimento é dirigida para o 'capital humano' e o financiamento da educação tem sido primordialmente uma função do setor público."

Por outro lado, a teoria das tendências estudadas por Gandhi (apud Gersdorff, 1980) esclarece que as despesas correntes, com bens públicos sociais, tendem a aumentar tanto pela variação da demanda pelos serviços, como pelos custos crescentes dos mesmos.

A manutenção da máquina administrativa e a rolagem de dívidas, características predominantes na conjuntura brasileira, na última década, provocaram a queda nos níveis de poupança interna, agravada com a elevação nas taxas de juros, e a conseqüente diminuição dos investimentos. Portanto, a condição de investidor de poupanças que o Estado detém - como regulador da valorização/desvalorização de títulos públicos, por meio da inflação e deflação - é reprimida pelos constantes índices inflacionários e pela recessão econômica (Suzigan, 1976).

Além disso, a participação crescente do setor público no desenvolvimento nacional tem atraído os investimentos públicos e

os gastos correntes para áreas de interesse exclusivamente federal. As mudanças tecnológicas, por exemplo, têm provocado a destinação de recursos para o desenvolvimento tecnológico, principalmente para a tecnologia de ponta, a fim de estimular a competitividade com o mercado externo. Da mesma forma, as mudanças populacionais têm seus reflexos no aumento dos gastos em postos de serviços em educação, saúde e previdência social.

Essas transformações ocorridas nos gastos públicos e a diminuição da poupança interna, no contexto brasileiro, nas últimas décadas, implicaram na diminuição dos investimentos públicos na esfera administrativa municipal.

1.2.2 Despesa pública por categoria funcional

A classificação das despesas por função é o primeiro requisito para a implantação do orçamento-programa nas diferentes esferas de governo e objetiva analisar a eficiência dos dispêndios e sua futura programação.

Inúmeros trabalhos têm sido realizados sobre a estrutura funcional dos gastos públicos e, em especial, aqueles que procuram analisar uma função específica.

Johansen (1970) aborda alguns estudos sobre a estrutura administrativa pública.

Em relação à previdência social, Rezende e Mahar (1974) comprovam que um acréscimo no aumento da renda deve ser igual ao acréscimo nos gastos com a função saúde e previdência social.

Quanto aos transportes, Azzoni (1982) e Hay (1984) abordam algumas análises importantes sobre o efeito dos transportes na localização industrial. Para Azzoni, as condições de infraestrutura pública que mais influenciam na localização de empresas são, em ordem decrescente: facilidade de obtenção de energia elétrica, disponibilidade de linhas de transporte coletivo e existência da rede pública de água em quantidade suficiente. De acordo com Hay, o desenvolvimento industrial regional no Brasil foi dominado pela saúde e pela melhoria no transporte inter-regional.

Os dispêndios com educação, têm sido alvo de vários estudos. Trabalhos como o de Harbison e Myers (1965), Abraham (apud Plum, 1979), Dalton (1980) e Schultz (1987) têm contribuído para o entendimento da importância da educação na estrutura de gastos.

Segundo Harbison e Myers, o aumento da despesa total em educação, por países parcialmente desenvolvidos, tem influência no desenvolvimento econômico, em especial na estratégia de industrialização. No entanto, as elevadas taxas de crescimento da população ocultam a tarefa de aumentar as proporções de matrículas, que podem ficar aquém das necessidades mínimas dessa estratégia.

Abraham diz que, na metade do século XIX, o Estado alemão já incentivava as escolas de aperfeiçoamento industrial para conseguir número suficiente de mão-de-obra para as fábricas têxteis.

Para Schultz, há considerável número de estudos mostrando que o fornecimento da aptidão empreendedora é definitivamente aumentado por um ensino escolar adicional.

Dalton conclui que se estimular a produção, por meio de acertada aplicação da despesa em saúde, educação, bem como o estímulo à poupança, tanto pública como privada, aumentarão indiretamente a capacidade e, talvez, o desejo da população de trabalhar, poupar e investir.

Sobre saneamento, Najjar e Fiszon (1989) concluem que o município, ao qual é atribuída a competência de desenvolver e administrar as atividades de saneamento básico, tem-se limitado a desenvolver atividades de drenagem urbana, como o abastecimento d'água e esgoto sanitário. Contudo, os serviços municipais que se mantêm independentes do sistema PLANASA (Plano Nacional de Saneamento) têm alcançado bons níveis de cobertura no atendimento.

Com respeito à saúde, Médici (1989) afirma que a eficácia social do setor de saúde só pode ser decorrente da eficácia das demais políticas sociais, dando o caráter intersetorial dos problemas associados à dinâmica da saúde.

Quanto aos gastos com habitação e serviços urbanos, Souza (1978) diz que o déficit habitacional, no Brasil, se deve, às mudanças estruturais, causadas pela política de industrialização desde a década de 50, e ao desajuste na oferta de infra-estruturas sociais e de serviços, oferecidos pelos governos. Conforme Albuquerque (1989), a atuação do poder público em projetos habitacionais é restrita à remoção de distorções nos mercados de insumos e de crédito, ou então no fornecimento da infra-estrutura de caráter público, como saneamento e outros tipos de infra-estrutura urbana.

Na sequência, serão tratados alguns aspectos do desenvolvimento industrial, num contexto regional, e seu importante papel na promoção do bem-estar da população.

1.3 Estrutura Industrial

Na promoção do crescimento econômico, as economias internas de escala e as externas de aglomeração estão sempre presentes, embora implicitamente, sob o conceito de incentivo à industrialização.

A criação de meios infra-estruturais é geralmente reconhecida como tarefa precípua do Estado na implantação de condições conducentes ao fomento do desenvolvimento da indústria (Bryce, 1970).

Segundo Hansen (1967), é uma política de investimentos em infra-estrutura que apresenta resultados mais rápidos no estabelecimento de uma região como localização atrativa para novas indústrias. Tal é o caso de regiões relativamente industrializadas, mas com problemas de absorção de mão-de-obra. Também é verdade o contrário, ou seja, para uma região cronicamente deprimida e estruturalmente estagnada, uma política de investimentos em novas indústrias traria muito melhores resultados do que investimentos em infra-estrutura. Para Baer (1979, p.309), "a indústria pode ser um setor primordial na economia ou apenas um setor de reflexo. Nesse último caso, ela se estabelece e cresce como resultado da demanda que foi estimulada por um setor primário de exportação próspero. No primeiro caso,

ela faz o papel de dínamo de crescimento".

Segundo Boisier, Smolka e Barros (1973), as economias externas regionais não explicam a maior produtividade de algumas regiões. Em outras palavras, não existem regiões com maior produtividade que outras. O que existe, na verdade, são regiões com composição industrial diferente e a tendência persistente dos investidores privados de localizarem seus investimentos nas regiões capitalizadas.

No entanto, Barat (1976) observa que um número reduzidíssimo de centros urbanos tiveram seu crescimento induzido por decisões locais, tomadas pelo setor público, diretamente ou indiretamente. Embora haja uma certa influência do processo de urbanização, sucede que os desequilíbrios na hierarquia de tamanhos urbanos e na distribuição espacial do sistema de cidades decorrem dos padrões de localização das indústrias e da ausência de uma política de desenvolvimento regional concebida em termos nacionais. Conforme vários autores o Estado de Santa Catarina apresenta potencialidades regionais bem definidas e que a industrialização foi desenvolvida a partir da matéria-prima existente e do espírito empreendedor trazido pelos imigrantes. O Estado apenas tem mantido seus serviços, mas pouco tem agido como elemento catalizador do desenvolvimento econômico.

Além disso, Almeida (1979, p.47) enfatiza que "a estratégia de desenvolvimento econômico baseada na instalação de indústrias substitutivas de importações resulta de reações diante das dificuldades do balanço de pagamentos e não de uma tomada de decisão consciente em favor da industrialização como mecanismo

propulsor do desenvolvimento."

Contudo, nas últimas décadas, segundo dados do IBGE, a população economicamente ativa do país tem aumentado na mesma proporção que o crescimento industrial. Mesmo assim, não podemos vincular o desenvolvimento econômico apenas à oferta de um maior volume de emprego. Isso seria condenar a região ao sub-desenvolvimento. Segundo Alves (1986), a indústria como função geradora de empregos não explica a necessária absorção da força de trabalho que continuamente afluí ao mercado dos centros urbanos do país, sendo necessário avaliar outras variáveis.

Outra constatação importante, conforme Singh e Wittington (1975), é a de que as grandes firmas têm menor dispersão de taxas de crescimento que as pequenas, devido a diversificação de seus mercados lhe permitirem contrabalançar o mau desempenho em alguns mercados com um bom desempenho em outros.

Souza e Castro (1974) salientam que as diferenças salariais associadas a diferentes tamanhos de empresas faz com que a rentabilidade da educação pareça depender do tipo de expansão industrial, ou seja, se o crescimento industrial ocorrer em firmas de tamanho grande, significa que houve aumento de produtividade média ou aumento de mão-de-obra qualificada.

George e Joll (1981) acrescentam que o aumento da produtividade do trabalho está intimamente associada à expansão da produção, contudo ressaltam que ainda há terreno para o debate sobre os processos causais que explicam esta correlação.

Além disso, é notório que a industrialização apresenta níveis de crescimento de acordo com o desenvolvimento dos recursos físicos e humanos, utilizados pelas indústrias. Conforme

"é possível que as indústrias que absorvem relativamente mais mão-de-obra - tradicionais - apresentam certas deficiências do ponto de vista de liderança de crescimento. Assim, se a aceleração do crescimento do emprego apresentasse custos elevados em termos de crescimento do produto e da introdução de inovações tecnológicas, a opção ficaria difícil, pois ambos os aspectos são importantes na estratégia global de crescimento de um país subdesenvolvido."

É necessário salientar a ligação entre o processo de industrialização e o de desenvolvimento econômico de uma região, pois, tradicionalmente, a indústria tem articulado a economia dos países desenvolvidos, oferecendo oportunidades à população para o aumento da renda familiar e para o conseqüente crescimento dos outros setores - primário e terciário. Para Furtado (1981, p.16),

"a rigor, a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção; a da satisfação de necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer simples desperdício de recursos a outros."

A importância dada ao bem-estar da população tem levado os projetos de desenvolvimento ao palco político, à medida em que a escassez de recursos e de investimentos resulta na priorização das atividades dos setores público e privado. Com isso, a organização do desenvolvimento econômico deve-se dar sob forma de participação da população nas decisões políticas quanto a esse

desenvolvimento e quanto ao processo de planejamento.

Hirschmann (1969) diz-nos que os programas de desenvolvimento regional devem ser também tão globais e gerais quanto possível para fortalecer o moral das autoridades decisórias. Isso porque, além da necessidade de remover a ignorância sobre o caminho que fomentará as atividades da região, eles terão de sobrepor-se a vários e poderosos interesses contrários.

Neste contexto, o que cabe evidenciar é que a expansão do parque industrial tem contribuído para elevar o nível de renda e bem estar de um número cada vez maior de trabalhadores em regiões menos desenvolvidas.

2 METODOLOGIA

No capítulo anterior apresentou-se a base teórica-empírica deste trabalho, através da análise da estrutura da despesa pública municipal e algumas relações entre os indicadores dessa estrutura e os indicadores da estrutura industrial. Procurou-se, também, caracterizar o modelo de análise e o modo de investigação utilizados nesta pesquisa.

Este segundo capítulo destina-se a apresentar os procedimentos metodológicos e o delineamento da pesquisa que possibilitam verificar a relação entre as variações da despesa pública municipal e da estrutura industrial, nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, na década de 80.

2.1 Hipóteses de pesquisa

Com o objetivo de responder o questionamento central deste estudo e de operacionalizar as etapas do trabalho empírico, foram elaboradas as seguintes hipóteses de pesquisa:

a) As variações da despesa pública municipal e do número de estabelecimentos industriais estão correlacionadas positivamente

na microrregião com baixo grau de industrialização, em qualquer período;

b) As variações da despesa pública municipal e da renda industrial estão correlacionadas positivamente na microrregião com baixo grau de industrialização, em qualquer período; e

c) As variações de despesa pública municipal e da produtividade industrial estão correlacionadas positivamente e em qualquer microrregião e período.

2.2 Definição Constitutiva e Operacional de Variáveis

O modelo encontrado, para verificação das relações entre as variáveis, estabelece como variável independente a "despesa pública municipal" e como variável dependente a "estrutura industrial", conforme anexo 1.

A variável independente "despesa pública municipal" é classificada quanto à natureza do gasto por categoria econômica e por categoria funcional. A despesa pública municipal por categoria econômica tem como indicadores: a despesa corrente e a despesa de capital. Por categoria funcional os indicadores são: governo e administração, trabalho e previdência social, transportes e comunicações, educação, saúde e saneamento, agricultura e recursos naturais, habitação e serviços urbanos, e indústria e comércio.

A variável dependente "estrutura industrial" é medida através dos indicadores: número de estabelecimentos industriais,

renda industrial e produtividade industrial.

Cabe salientar que os valores dos indicadores da variável independente foram retirados dos balanços municipais das microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, dos anos de 1980, 1985 e 1990. Esses valores foram divididos pela população de cada município em cada ano ¹ considerado na pesquisa, conforme os dados dos censos demográficos do IBGE. Tal procedimento foi necessário para descaracterizar os tamanhos dos municípios.

Os valores dos indicadores da variável dependente foram retirados dos censos industriais do IBGE de cada ano selecionado para este trabalho (os dados de 1990 foram retirados do relatório DIF da Secretaria da Fazenda/SC). Esses valores foram divididos pelo número de empregados industriais, exceto o indicador "número de estabelecimento industriais", com o objetivo de descaracterizar o tamanho das empresas contidas na população da pesquisa.

Tanto os valores dos indicadores da variável despesa pública municipal como os, da estrutura industrial (exceto o número de estabelecimentos) foram apresentados em Cr\$ 1.000,00 e, convertidos em valores constantes ² para o ano de 1990.

Após esses procedimentos, calculou-se as variações dos indicadores das variáveis independente e dependente, entre os

(1) Os dados sobre a população dos municípios do ano de 1990 foram considerados como dados preliminares do IBGE, divulgados em 10 de setembro de 1991.

(2) A conversão de valores do ano de 1980 para o 1990 foi efetuada pela multiplicação dos valores do ano de 1980 pelo quociente entre as inflações médias (índice geral de preços - coluna 2 - Fundação Getúlio Vargas) do ano de 1990 e de 1980. O mesmo procedimento foi realizado para a conversão dos valores do ano de 1985 para o ano de 1990.

anos de 1980-1985 e 1985-1990, formando um conjunto de dados composto por 30 municípios com dois períodos a serem analisados.

Apresenta-se, a seguir, os conceitos que definem as variáveis utilizadas nesta pesquisa.

2.2.1 Despesa Pública Municipal - Variável Independente

São aqueles dispêndios que se relacionam exclusiva e diretamente com o Estado, destinados à satisfação das necessidades públicas municipais (Wilken, 1966).

A despesa pública municipal foi subdividida em duas categorias: a categoria econômica e a categoria funcional; e foi operacionalizada, através dos indicadores da variável independente cuja descrição está respaldada no anexo n. 4 da Lei n. 4320, de 17 de maio de 1964, que constitui o padrão legal da classificação e da codificação da despesa pública por categoria econômica, de uso obrigatório na contabilização das despesas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Angélico, 1985). Além dessa classificação, a despesa pública municipal por categoria funcional é estabelecida pelos anexos 5, 12, 13, 14 e 15 da mencionada Lei. é a classificação funcional-programática.

2.2.1.1 Despesa pública municipal por categoria econômica

A seguir, é dada a classificação da despesa pública municipal por categoria econômica com seus principais tipos de

gastos:

a) **Despesa corrente** — despesas com custeio e transferências correntes.

b) **Despesa de capital** — despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

2.2.1.2 Despesa pública municipal por categoria funcional

Na sequência, é dada a lista das funções da despesa pública municipal com os respectivos campos de aplicação:

a) **Governo e Administração** — despesas com as funções legislativa, judiciária, administração e planejamento.

b) **Trabalho e Previdência Social** — despesas com as funções trabalho, assistência e previdência social.

c) **Transportes e Comunicações** — despesas com as funções transportes e comunicações.

d) **Educação** — despesas com as funções educação e cultura.

e) **Saúde e Saneamento** — despesas com as funções saúde e saneamento.

f) **Agricultura e Recursos Naturais** — despesas com as funções agricultura, abastecimento e recursos naturais renováveis.

g) **Habitação e Serviços Urbanos** — despesas com as funções habitação e urbanismo.

h) **Indústria e Comércio** — despesas com as funções indústria, comércio e serviços.

Nos municípios que não tinham a obrigatoriedade de prestar

contas das despesas por categoria funcional, foram consideradas as despesas das Secretarias do município que tinham as respectivas funções governamentais definidas anteriormente.

2.2.2 Estrutura Industrial - Variável Dependente

É o conjunto de elementos da atividade produtiva que se relacionam no tempo e no espaço e que se caracterizam pela transformação industrial, manualmente ou com auxílio de máquinas e ferramentas, de matérias-primas, a fim de fabricarem-se mercadorias (Sandroni, 1987).

A estrutura industrial foi operacionalizada através dos seguintes indicadores da variável dependente:

a) Estabelecimento Industrial

É a unidade de produção, a unidade de apoio à produção ou a unidade de serviços de caráter industrial (IBGE, 1984).

b) Renda Industrial

É a quantidade de salário que resta aos empregados industriais, depois de feitas as deduções destinadas a cobrir impostos, contribuições sindicais, seguros e itens semelhantes (Benn, 1964).

c) Produtividade Industrial

É o resultado da divisão entre o valor da transformação

industrial e o número de empregados industriais segundo Boisier, Smolka e Barros (1973), sendo que o valor da transformação industrial é o valor que o trabalho industrial, executado no estabelecimento, acresce ao valor das matérias-primas, componentes e materiais consumidos na produção (IBGE, 1984).

2.3 Caracterização e delineamento da pesquisa

A pesquisa é do tipo "ex post facto", por não manipular variáveis ou designar sujeitos ou condições aleatoriamente. Tem caráter descritivo, pois procura discorrer sobre possíveis relacionamentos entre as variáveis despesa pública municipal e a estrutura industrial.

O perfil da pesquisa é seccional, com avaliação longitudinal, pois procurou-se analisar as mudanças ocorridas na despesa pública municipal e na estrutura industrial das microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau entre os anos de 1980, 1985 e 1990.

O método utilizado é o comparativo de análise, pois pretendeu-se averiguar o comportamento e as inter-relações das variações da despesa pública municipal e do crescimento industrial nas três microrregiões analisadas e nos dois períodos: 1980-1985 e 1985-1990.

Para a escolha das microrregiões foi observada a classificação das microrregiões geográficas do Estado de Santa Catarina, segundo o grau de industrialização em 1990, conforme

anexo 2.

Para a análise das relações das variáveis nos períodos comparou-se a taxa de inflação média de cada período (calculadas a partir das médias de inflação, conforme índice geral de preços - coluna 2 - Fundação Getúlio Vargas), verificando-se se as relações mais significativas se dariam com a inflação média de 120,36%, no período entre 1980-1985, ou com 218,94%, no período entre 1985-1990.

O nível de análise da presente pesquisa é o organizacional, e a unidade de análise é a microrregião geográfica. O conceito adotado para microrregião geográfica é o mesmo adotado pelo Boletim de Serviço do IBGE(1989) que identifica a organização do espaço microrregional pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente.

2.4 População

A população da pesquisa é constituída por 30 municípios do Estado de Santa Catarina, pertencente às microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, e que estão relacionados a seguir:

a) **Microrregião de Araranguá** - Araranguá, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Praia Grande, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

b) **Microrregião de Lages** - Anita Garibaldi, Bom Jardim da

Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Lages, São Joaquim, São José do Cerrito e Urubici.

c) **Microrregião de Blumenau**— Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

Os municípios que se emanciparam, no período entre 1980 e 1990, foram incorporadas nos antigos municípios que os sediam, para não causar alterações na análise longitudinal desta pesquisa. Portanto, os dados do município de Santa Rosa do Sul foram somados aos dados do município de Sombrio, em 1990. Da mesma forma transcorreu com os demais municípios emancipados: Celso Ramos, aos de Anita Garibaldi, em 1990; Correia Pinto e Otacílio Costa, aos de Lages, em 1985 e 1990; Urupema, aos de São Joaquim, em 1990; Apiúna, aos de Gaspar, em 1990 e Doutor Pedrinho, aos de Benedito Novo, em 1990. A localização das microrregiões no Estado de Santa Catarina, e dos municípios dessas microrregiões está contida nos mapas dos anexos 3, 4, 5 e 6.

Foram considerados como representativos da população consultada:

Quanto às 30 prefeituras visitadas: três Prefeitos, um Presidente de Câmara de Vereadores, dois Vereadores, dois Assessores de Prefeito, quinze Secretários de Finanças, três Secretários de Administração, um Secretário de Indústria e Comércio e três Contadores municipais;

Quanto aos órgãos do Estado: os técnicos dos setores de planejamento das Secretarias de Estado e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, responsáveis por relatórios municipais:

Quanto às associações municipais: os secretários executivos das associações municipais das microrregiões do Extremo Sul Catarinense, da Região Serrana e do Médio Vale do Itajaí e

Quanto às associações comercial e industrial: os presidentes ou representantes das Associações Comercial e Industrial de Araranguá, Brusque, Guabiruba, Lages, São Joaquim e Sombrio.

2.5 Dados: tipos, coleta e tratamento

Os dados são dos tipos primário e secundário.

Os dados primários foram coletados através de entrevistas não-estruturadas, objetivando a coleta de dados complementares para a análise, não sendo oferecidos em caráter opinativo.

As entrevistas estruturadas (o anexo 7 mostra o questionário aplicado) foram feitas junto às prefeituras, às associações municipais e às associações comercial e industrial, no mês de abril de 1992.

Durante 30 dias de permanência nas microrregiões foram realizadas 39 entrevistas, com o objetivo de: conhecer os municípios; analisar e interpretar os dados secundários, já coletados anteriormente nas Secretarias do Governo do Estado de Santa Catarina; e buscar informações necessárias para o entendimento do relacionamento entre o setor público e o setor privado no âmbito municipal. As informações obtidas através

dessas entrevistas serviram, também, para analisar o aumento ou diminuição da estrutura industrial, da estrutura dos dispêndios, da população e da receita dos municípios pesquisados. As informações adicionais foram úteis para caracterizar as microrregiões, já que este trabalho não pôde deixar de levar em consideração o contexto histórico e político do período analisado (Ver anexo 8 sobre a caracterização das microrregiões).

Não foi estabelecido o número de entrevistas a serem realizadas por dia. Contudo, cada entrevista teve a duração média de 30 minutos.

Além disso, em função de algumas dúvidas sobre o funcionamento dos convênios entre o Governo de Santa Catarina e as prefeituras das microrregiões analisadas, foram levantadas informações através de entrevistas não-estruturadas.

Os dados secundários foram extraídos dos balanços municipais (durante a visita às prefeituras) e dos relatórios emitidos pelas Secretarias de Estado, pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, pelo IBGE, pelas Associações Comercial e Industrial e pelas Associações Municipais das microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, referentes à despesa pública municipal e à estrutura industrial.

2.5.1 Tratamento dos dados

A técnica utilizada para tratamento e análise dos dados foi a análise quantitativa, desenvolvida mediante a quantificação das

características de cada variável selecionada.

Através do pacote estatístico "STATISTICAL GRAPHICS SYSTEM - STATGRAPHICS", procurou-se verificar as relações existentes entre as variações das variáveis, com o objetivo de responder ao problema de pesquisa. Os recursos estatísticos utilizados como instrumento de análise foram:

a) tabelas de distribuição de frequência;

b) estatísticas sumárias (média, mediana, desvio-padrão, valor máximo e valor mínimo);

c) análise de correlação entre variáveis;

d) regressão múltipla e

e) teste de hipóteses.

2.6 Limitações da Pesquisa

A análise da inter-relação entre as funções públicas municipais para explicar o crescimento industrial não permite muito mais do que a verificação de que existe uma associação positiva entre as variáveis estudadas, devido a multicolinearidade entre essas funções.

Os dados da população dos censos demográficos e os dados sobre as indústrias dos censos industriais, ambos do IBGE, seguem

a metodologia adotada por essa instituição para determinação desses dados. Os dados da população de 1990, por exemplo, são ainda preliminares, e que podem surgir alterações após as várias revisões realizadas pelo IBGE em 1992.

O limite imposto pela arrecadação tributária à expansão dos gastos constitui-se no principal fator limitativo da análise das despesas públicas, na medida em que é o aumento das receitas dos municípios que gera maiores dispêndios públicos e não, necessariamente, a demanda por bens públicos e semi-públicos.

A receita dos municípios, por ser formada por um agrupamento não-homogêneo de impostos, taxas e contribuições, está, muitas vezes, vinculada à aplicação em funções governamentais específicas, constituindo-se num fator limitativo à expansão dos gastos.

O modelo da pesquisa, por não levar em consideração a análise descritiva dos produtos, dos serviços públicos e dos semi-públicos disponíveis nos municípios, impossibilita a vinculação da análise do volume dos gastos públicos com as reais necessidades públicas dos municípios.

Outra importante limitação se refere à análise dos dispêndios públicos municipais e à estrutura industrial, num período seccionado, pois não permite identificar a evolução dos resultados econômicos dessas estruturas ao longo de um período.

Procurou-se minimizar algumas limitações do modelo utilizado, escolhendo-se a análise de microrregiões geográficas, as quais possuem fatores semelhantes de produção e de serviços, no período estudado; e utilizando-se a fidedignidade dos dados

dos balanços municipais e dos censos industriais sem o uso de estimativas e interpolações.

Além disso, optou-se pelo método comparativo de análise que permite estabelecer relações entre elementos de variáveis, em momentos sucessivos do tempo, levando em consideração o contexto histórico-político e algumas transformações ocorridas nas funções governamentais municipais, das microrregiões pesquisadas.

No entanto, Monteiro (1987) adverte que a linha econométrica do dimensionamento do setor público tem duas limitações importantes: a especificação de um bloco de equações, geralmente, é para atender a necessidade de consistência do modelo econométrico; e a pequena proporção de equações de comportamento de variáveis torna essas construções mais validadas à elaboração de projeções estatísticas.

3 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Neste capítulo tem-se por finalidade descrever os resultados da pesquisa e analisar o comportamento das variáveis independente e dependente.

É feita, a seguir, uma análise descritiva e exploratória dos dados coletados sobre as microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, referentes aos anos de 1980, 1985 e 1990, com o objetivo de identificar possíveis relações entre as variações da despesa pública municipal e da estrutura industrial.

3.1 Análise da variável independente - despesa pública municipal

3.1.1 Por Categoria econômica

A "despesa pública municipal" por categoria econômica foi medida através dos indicadores da despesa corrente e da despesa de capital. Estes dois tipos de gastos públicos contribuem para a análise de dispêndios na manutenção de serviços e em investimentos.

Segundo Borges e Botelho (1980) a análise das despesas

municipais brasileiras por categoria econômica, entre 1970 e 1975, demonstra um certo equilíbrio na distribuição das mesmas, sendo que a representatividade média foi de 59,6% de despesas correntes e 40,4% para despesa de capital.

A tabela 1, mostra como as prefeituras dividiram as despesas correntes e as despesas de capital nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, nos anos de 1980, 1985 e 1990. Note-se que nas microrregiões de Lages e Blumenau diminuíram suas participações nas despesas correntes do ano de 1985 para o ano de 1990. Isto se deve provavelmente à exigência da Constituição do Brasil de 1988 que estabelece um percentual máximo de 65% da despesa total para custeio de pessoal.

Para Rezende (1974), a expectativa de que a redução na despesa de pessoal em relação à despesa total pode melhorar a eficiência operacional na alocação dos gastos, pode, por outro lado, diminuir a expansão do produto nas funções educação e saúde.

TABELA 1 -PARTICIPAÇÃO PER CAPITA DOS INDICADORES "DESPESAS CORRENTES" E "DESPESAS DE CAPITAL" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

ANO	I	MICRORREGIÃO	I	DESPESAS CORRENTES(%)	I	DESPESAS DE CAPITAL(%)
1980	I	Araranguá	I	68,90	I	31,10
	I	Lages	I	72,81	I	27,19
	I	Blumenau	I	67,08	I	32,92
	I		I		I	
1985	I	Araranguá	I	74,72	I	25,28
	I	Lages	I	80,90	I	19,10
	I	Blumenau	I	77,90	I	22,10
	I		I		I	
1990	I	Araranguá	I	75,03	I	24,97
	I	Lages	I	73,52	I	26,48
	I	Blumenau	I	70,38	I	29,62
	I		I		I	

FONTES: SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado de Coordenação e Planejamento, 1990. Dados atualizados através de relatórios emitidos em 1992.

Enquanto isto, na microrregião de Araranguá foi aumentando-se a participação das despesas correntes na despesa total de 68,90% em 1980 para 75,03% em 1990. Em contrapartida diminui-se as despesas de capital nas mesmas proporções.

Nos subtópicos a seguir, analisar-se-ão os dados referentes a cada um dos indicadores da variável independente "despesa pública municipal" por categoria econômica.

3.1.1.1 Despesas Correntes

A tabela 2 apresenta o total per capita e a variação das despesas correntes, efetuadas pelas prefeituras nas microrregiões em análise. Note-se que a microrregião de Blumenau apresentou os maiores valores per capita em todos os anos analisados, apesar do aumento da população desta microrregião, conforme anexo 11.

TABELA 2 - TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "DESPESAS CORRENTES" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

								Em Cr\$ 1.000,00
MICRORREGIÃO	ANOS							
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990			
Araranguá	23,09	61,64	37,32	109,07	70,04			
Lages	25,85	37,50	35,55	63,16	65,11			
Blumenau	47,03	43,79	43,79	84,82	125,00			

FONTES: SANTA CATARINA. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento, 1990. Dados atualizados através de relatórios emitidos em 1992.

A maior variação deste indicador se deu na microrregião de Araranguá que tinha o menor valor per capita no ano de 1980 (Cr\$

23,09), passando a assumir a segunda posição nos anos de 1985 e 1990 com valores per capita de Cr\$ 37,32 e de Cr\$ 78,04, respectivamente.

Conforme anexo 9, as principais despesas correntes são as despesas em custeio e manutenção de serviços. Considerando que grande parte desses recursos são destinados a custeio de pessoal, pode-se dizer que houve aumento da produção de bens e serviços públicos nas três microrregiões, principalmente, na microrregião de Blumenau. Para Rezende (1983), quanto maior a parcela da despesa pública destinada à produção de bens públicos, maior a participação de despesas de custeio de pessoal. Em contrapartida, quanto maior for os investimentos, maior será a ênfase em programas de melhoria e expansão da infra-estrutura econômica.

De acordo com a tabela 3, podemos verificar que na microrregião de Blumenau apresentou-se a maior variação média das despesas correntes (97,95%). No entanto, as maiores variações nos municípios desta microrregião se deram entre os anos de 1985 e 1990, conforme a alta variabilidade apresentada.

TABELA 3 - ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "DESPESAS CORRENTES" POR MICRORREGIÃO

ESTATÍSTICAS				DESVIO				VALOR	VALOR
	I	I	I		I	I	I		
	MÉDIA	MEDIANA							
MICRORREGIÃO				PADRÃO		MINIMO		MAXIMO	
Araranguá	92,62	99,28		42,82		21,68		168,27	
Lages	65,18	68,84		42,96		-13,24		160,44	
Blumenau	97,95	67,49		68,78		14,03		133,45	

FONTES: SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento, 1990. Dados atualizados através de relatórios emitidos em 1992.

Na microrregião de Araranguá, apresentaram-se mediana alta

(Cr\$ 99,20 per capita) e desvio-padrão baixo (Cr\$ 42,82 per capita), obtendo-se uma variação alta na maioria dos municípios nos anos de 1980 a 1990).

Nos municípios de Turvo, Anita Garibaldi e Benedito Novo por apresentarem baixos valores per capita deste indicador, nas suas microrregiões, tiveram a maior variação percentual das despesas correntes. Em Anita Garibaldi, é necessário salientar que houve diminuição da população, ocasionando aumento nos valores per capita deste indicador.

3.1.1.2 Despesas de capital

De acordo com a tabela 4, nas microrregiões em análise apresentaram-se aumentos nos valores per capita entre os anos de 1980 e 1990. Note-se que a microrregião de Blumenau apresentou os maiores valores per capita em todos os anos analisados, apesar do aumento da população nesta microrregião, conforme anexo 11.

TABELA 4 - TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "DESPESAS DE CAPITAL" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

Em Cr\$ 1.000,00

MICRORREGIÃO	ANOS			
	1980	Variação %	1985	1990
Araranguá	10,42	21,03	12,62	25,96
Lages	9,65	-13,09	8,39	23,45
Blumenau	23,06	-16,81	19,18	52,60

FONTES: SANTA CATARINA. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento, 1990. Dados atualizados através de relatórios emitidos em 1992.

Na microrregião de Araranguá apresentouse variações positivas entre os anos analisados, ocorrendo mediana alta (Cr\$69,99 per capita) e desvio-padrão baixo (Cr\$ 110,43 per capita) em relação as outras microrregiões, entre os anos de 1980 e 1990.

Nos municípios de Araranguá, Bom Jardim da Serra e Rio dos Cedros por apresentarem baixos valores per capita deste indicador, nas suas microrregiões, tiveram a maior variação percentual das despesas de capital. Nos municípios de Araranguá e Bom Jardim da Serra houve diminuição de suas populações na década de 80, ocasionando maiores valores per capita deste indicador.

Cabe salientar que a distribuição dos gastos por categoria econômica fica parcialmente determinada pela finalidade da despesa. Portanto, cada tipo de função requer uma maior ênfase em determinada modalidade de gastos. Com isto, a análise dos valores das despesas por categoria econômica está relacionada à análise das despesas por categoria funcional.

3.1.2 Por categoria funcional

A "despesa pública municipal" por categoria funcional foi medida através dos indicadores da estrutura funcional da despesa, ou seja, pelos valores constantes das despesas com as seguintes funções: administração e governo, trabalho e previdência social, transportes e comunicações, educação, saúde e saneamento, agricultura e recursos naturais, habitação e serviços urbanos, e

indústria e comércio.

A identificação das principais funções reflete as prioridades, explícita e implicitamente, estabelecidas pelos governos municipais para distribuição dos gastos públicos, tendo em vista a concretização de objetivos municipais. Para Borges e Botelho (1980), em seus estudos sobre as despesas públicas municipais brasileiras, entre 1970 e 1975, a maior participação das despesas são aquelas nas funções inerentes à própria gestão municipal, ou seja, governo e administração, educação, habitação e transportes.

Na tabela 6, a participação relativa dos indicadores na despesa pública municipal por microrregião e por ano pesquisado, permite identificar a forma como se dividiram as funções dos governos municipais, nas microrregiões, nos anos de 1980, 1985 e 1990.

TABELA 6 -PARTICIPAÇÃO PER CAPITA DOS INDICADORES DA DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL POR FUNÇÕES, POR MICRORREGIÃO E POR ANO

ANO	MICRORREGIÃO	GOVERCAP	TRABCAP	TRANCAP	EDUCAP	SAUDCAP	AGRICAP	HABICAP	INDUCAP	TOTAL
		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1980	Araranguá	26,11	2,02	49,92	12,74	1,81	0,44	5,61	1,35	100
	Lajes	24,61	3,43	46,50	13,54	2,56	3,09	6,22	2,05	100
	Blumenau	25,81	1,83	30,60	16,51	4,91	1,25	10,91	0,15	100
1985	Araranguá	21,66	0,00	52,64	13,63	1,26	2,34	7,34	1,13	100
	Lajes	28,10	1,63	36,29	11,99	2,95	4,21	14,47	0,36	100
	Blumenau	24,17	0,93	27,28	15,15	4,70	1,75	25,61	0,33	100
1990	Araranguá	25,00	1,21	34,21	21,16	3,83	3,79	7,32	2,68	100
	Lajes	19,04	2,81	36,74	25,97	5,70	4,53	5,06	2,15	100
	Blumenau	19,03	1,23	33,72	25,04	6,61	2,25	11,24	0,89	100

FONTES: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

Do ponto de vista dos principais objetivos da intervenção do governo na promoção do desenvolvimento e do bem-estar social, identifica-se que na microrregião de Araranguá, de 1980 a 1990, teve-se como principais alterações: a diminuição da participação per capita das despesas com transportes (de 49,32% para 34,21%) e aumento da participação per capita das despesas com a infraestrutura social, ou seja, com educação (de 12,74% para 21,16%) e com saúde e saneamento (de 1,81% para 3,83%).

Na microrregião de Lages, de 1980 a 1990, percebe-se que houve uma diminuição na participação per capita dos gastos com governo e administração (de 24,61% para 19,04%) e com transportes e comunicações (de 46,50% para 36,74%), enquanto isto, aumentou-se a participação per capita das despesas com infra-estrutura social, ou seja, com educação (de 13,54% para 25,97%) e com saúde e saneamento (de 2,56% para 5,70%), além de um aumento na promoção da agricultura, que passou de 3,05% para 4,53%.

Para a microrregião de Blumenau, os dados indicam que, em 1985, houve maiores dispêndios com habitação e serviços urbanos devido, principalmente, à enchente de 1983, assim como teve aumento na participação per capita dos gastos em saúde. Outrossim, em 1990 passou a ter maiores dispêndios em relação ao ano de 1980, na função educação (de 16,51% para 25,04%); na função saúde e saneamento (de 4,91% para 6,61%); e na função transportes e comunicações (de 30,60% para 33,72%). Além disso, ocorreu, também, uma diminuição proporcional dos gastos em governo e administração (de 25,81% para 19,33%) no mesmo período.

É importante salientar, que o aumento dos valores na função educação se deve, também, à fixação do limite mínimo de 25% de

gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino, segundo artigo 212 da Constituição do Brasil de 1988.

Nos subtópicos a seguir, analisar-se-ão dados referentes a cada um dos indicadores da variável independente "despesa pública municipal" por categoria funcional.

3.1.2.1 Governo e administração

A tabela 7 apresenta o total per capita e a variação das despesas com governo e administração, efetuadas pelas prefeituras nas microrregiões em análise. Note-se que na microrregião de Blumenau apresentou-se os maiores valores per capita em todos os anos analisados, apesar do aumento da população desta microrregião, conforme anexo 11.

A maior variação deste indicador se deu na microrregião de Araranguá que tinha o valor de Cr\$ 8,75 per capita em 1980, passando para Cr\$ 26,85 per capita em 1990.

TABELA 7- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

Em Cr\$ 1.000,00						
MICRORREGIÃO	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	8,75	23,65	10,82	148,07	26,84	
Lages	8,74	41,38	12,35	36,58	16,87	
Blumenau	18,18	15,96	20,99	61,08	33,81	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990

menores têm dificuldade de utilizar a capacidade completa e alcançar níveis de qualidade e eficiência, em comparação com os municípios maiores, tornando este tipo de gasto mais oneroso.

Para Rezende (1974), não é de se surpreender que os gastos com pessoal estão concentrados na função governo e administração, já que o insumo principal destes serviços é o fator trabalho.

3.1.2.2 Trabalho e previdência social

Este indicador reflete a assistência dada aos funcionários das prefeituras de cada microrregião, objetivando o atendimento na segurança, higiene, relação de trabalho, integração social, aposentadorias e pensões. Este indicador envolve, também, recursos para o desenvolvimento comunitário e, em muitos casos, a assistência ao proprietário rural.

Outra informação importante é a de que as prefeituras municipais, através de lei municipal, autorizavam inscrever seus funcionários no IPESC (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina). O IPESC, instituído pela Lei n. 3.138, de 11 de dezembro de 1962, veda a inscrição de funcionários com idade superior a 60 anos e pessoal de obras. Além disso, as prefeituras conveniadas pagam uma taxa de 4% da folha salarial para atender às exigências do convênio.

Analisando este aspecto nas microrregiões pesquisadas, constatou-se que a maioria dos municípios da microrregião de Lages e Blumenau tinham convênio com o IPESC (57%) no ano de 1990, sendo que na microrregião de Araranguá, apenas um município

era conveniado.

Para Rezende (1974), a administração de pagamentos de pensões e aposentadorias de pequena rotatividade é pouco sensível a variações nos benefícios concedidos.

O total per capita e a variação do indicador "trabalho e previdência social", conforme apresentadas na tabela 9, possuem baixos valores nas três microrregiões em análise. Note-se que a microrregião de Lages apresentou-se o maior valor per capita em 1990 e a maior variação na década de 80.

TABELA 9- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL" POR MICRORREGIAO E POR ANO

Em Cr\$ 1.000,00						
MICRORREGIAO	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	0,68	-100,00	0,00	100,00	1,26	
Lages	1,22	- 40,67	0,72	256,29	2,56	
Blumenau	1,29	- 37,32	0,81	171,19	2,20	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

Vários municípios apresentaram valores igual a zero, nesta função, nos balanços municipais. Os valores igual a zero são escores de municípios que não tinham a função específica para estes gastos, sendo que a Secretaria de Finanças de cada município assumia os encargos desta função. Tal procedimento foi verificado principalmente na microrregião de Araranguá, em 1985.

As estatísticas sumárias da variação do indicador "trabalho

TABELA 10- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL" POR MICRORREGIÃO

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

As rodovias que concentram praticamente todo o transporte de passageiros no Estado, estão distribuídas em rodovias federais, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); em rodovias estaduais, sob a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina (DER/SC); e em rodovias

municipais, sob responsabilidade das prefeituras, sendo que estas últimas eram subsidiadas com convênios a fundo perdido, com o Governo do Estado. Grande parte destes convênios eram repassados às prefeituras pelo FEAR (Fundo Estadual de Apoio Rodoviário).

Cabe salientar, aqui, que as microrregiões com maior índice de estradas pavimentadas fazem diminuir os gastos na função "transportes". Do mesmo modo acontece naqueles municípios que já possuíam telefonia urbana e rural na função "comunicações".

Conforme a tabela 6, o indicador "transportes e comunicações" é o que apresenta maior participação percentual da despesa total dos municípios nas microrregiões analisadas. Muitos autores confirmam que o fator transporte é um forte instrumento para a localização industrial.

Na microrregião de Araranguá, os investimentos no transporte foram relevantes para o turismo, com a pavimentação de ruas nas praias; e para a educação, com transportes gratuitos para alunos de primeiro e segundo graus; e para construção de UCRE'S.

Na microrregião de Blumenau os principais objetivos foram: pavimentação urbana e de rodovias, aberturas de estradas, construções de pontes e construção de postos de telefonia para as comunidades, além de serviços e equipamentos para a Patrulha Rodoviária Mecanizada.

Analisando-se a tabela 11, o total per capita e a variação do indicador "transportes e comunicações", percebe-se que na microrregião de Blumenau apresentou-se o maior valor per capita em 1990 (Cr\$ 59,89), seguido de uma maior variação percentual em relação ao ano de 1985 (152,75%).

TABELA 11- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES" POR MICRORREGIÃO E POR ANO
Em Cr\$ 1.000,00

MICRORREGIÃO	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	16,73	57,07	26,29	35,34	35,56	
Lages	16,51	- 3,39	15,95	103,98	32,54	
Blumenau	22,86	3,63	23,69	152,75	59,89	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

Na microrregião de Lages apresentou-se menores valores per capita nos anos analisados, chegando a ter uma variação negativa entre os anos de 1980 e 1985 (-3,39%).

Conforme tabela 12, na microrregião de Blumenau apresentou-se a maior variação média das despesas em transportes e comunicações (122,03%). Além disso, nesta microrregião apresentou-se a mediana mais alta (67,03%). Devido a variabilidade alta (394,41%) a maior variação dos municípios se deram entre os anos de 1985 e 1990.

TABELA 12- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES" POR MICRORREGIÃO
/ % Per Capita

ESTATÍSTICAS				DESVIO		VALOR		VALOR	
		MÉDIA		MEDIANA					
MICRORREGIÃO				PADRÃO		MÍNIMO		MÁXIMO	
Araranguá		63,10		34,10		104,66		- 88,80 322,60	
Lages		48,36		38,63		75,07		-100,00 202,15	
Blumenau		122,03		67,03		394,44		-100,00 200,50	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

No município de Blumenau apresentou-se a maior variação percentual devido ao baixo valor per capita apresentado no ano de 1985. Nos municípios de Bom Jardim da Serra e Araranguá ocorreu

diminuição das suas populações na década de 80, ocasionando maiores valores e variações per capita nas despesas em transportes e comunicação.

3.1.2.4 Educação

O indicador "educação" aponta uma das despesas prioritárias na política de desenvolvimento municipal. Para Rezende (1974), o aumento nas despesas correntes em educação pode ser explicado pelo aumento dos custos de pessoal ou pelo aumento do número de matrículas em relação à capacidade instalada nas escolas, sem aumento do número de professores.

Em Santa Catarina, o governo do Estado mantinha várias unidades escolares em vários municípios. No entanto, o Plano Estadual de Educação, proposto na forma de Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação, a partir de 1988, objetivou descentralizar a estrutura administrativa e seus recursos financeiros para os municípios.

Em 1990, a descentralização foi administrada através de convênios firmados pelo Governo do Estado e as prefeituras. Os repasses financeiros eram feitos pela Secretaria de Estado da Educação, aos municípios que tinham projetos aprovados para obras e instalações no setor educacional.

A tabela 13 apresenta o total per capita e a variação das despesas em educação, efetuadas pelas prefeituras das microrregiões analisadas. Note-se que na microrregião de Blumenau

apresentou-se os maiores valores per capita em todos os anos analisados, apesar do aumento da população desta microrregião, conforme anexo 11.

TABELA 13- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "EDUCAÇÃO" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

Em Cr\$ 1.000,00

MICRORREGIÃO	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	4,27	59,36	6,81	223,11	22,81	
Lages	4,81	9,68	5,27	335,94	23,82	
Blumenau	11,58	13,64	13,16	237,82	44,48	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

A maior variação deste indicador se deu na microrregião de Lages que tinha o menor valor per capita no ano de 1985 (Cr\$ 5,27), passando a assumir a segunda posição no ano de 1990 com valor per capita de Cr\$ 23,00.

A tabela 14 apresenta as estatísticas sumárias da variação do indicador "educação" por microrregião, comprovando que na microrregião de Blumenau ocorreram a menor variação média (131,62%), a menor mediana (116,72%), o menor desvio-padrão (134,80%) e a menor variação máxima (438,61%). Isto se deve

TABELA 14- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "EDUCAÇÃO" POR MICRORREGIÃO

ESTATÍSTICAS	VALOR					
	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MINIMO	MAXIMO	VALOR
MICRORREGIÃO						
Araranguá	177,87	164,18	177,78	- 41,86	668,82	
Lages	185,13	121,49	201,26	- 35,29	616,70	
Blumenau	131,62	116,72	134,80	-100,00	438,61	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

principalmente aos altos valores per capita que na microrregião já vinham sendo dispendidos. Enquanto que na microrregião de Lages, apesar de ter uma variação média alta (185,13%) e na microrregião de Araranguá, apesar de possuir mediana mais alta (164,18%), ambas as microrregiões ficaram com valores per capita abaixo da microrregião de Blumenau.

Nos municípios de Sombrio, Bom Jardim da Serra e Indaial apresentou-se a maior variação per capita deste indicador. Em Sombrio e Indaial obtiveram-se esta maior variação, devido aos baixos valores per capita obtidos em 1985 e aos repasses de convênios firmados com o governo do Estado que auxiliaram na ampliação e reforma de escolas. Em Bom Jardim da Serra ocorreu, ainda, diminuição da população do ano de 1980 para o ano de 1990, o que fez concentrar o volume de gastos neste indicador.

3.1.2.5 Saúde e saneamento

O indicador "saúde e saneamento" mostra os valores gastos na função saúde, principalmente, com alimentação e nutrição, assistência médica e sanitária, controle e erradicação de doenças transmissíveis; e na função saneamento, com abastecimento d'água, saneamento geral e sistema de esgotos.

No período de 1980 a 1990, a organização e as formas de atuação dos governos federal, estadual e municipal sofreram alterações significantes, em relação à função saúde no Estado de Santa Catarina.

A Lei 6227/75 regia as ações do Ministério da Saúde nos

Estados, os quais mantinham convênios firmados entre as prefeituras e as Secretarias de Saúde estaduais.

No ano de 1986, foram aprovadas as "Ações Integradas de Saúde" (AIS), através da resolução n. 6 - CIPLAN. O sistema AIS tinha como principais diretrizes: a integração interinstitucional, tendo como eixo o setor público; a integralidade das ações da saúde, superando as discotomias preventivo/curativo, individual/coletivo, ambulatorial/hospitalar; e a regionalização e hierarquização única dos serviços públicos e privados. Neste período havia a atuação conjunta do Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, e Ministério da Educação para promoção da saúde em todos os Estados.

A utilização de recursos financeiros pelos municípios tinha como prioridade o custeio da rede de serviços de saúde ambulatorial, hospitalar pública, beneficente, filantrópica e sindical. Os investimentos seriam aplicados na rede física, recursos humanos, recursos de material permanente e credenciamento. Além disso, o Ministério da Saúde, através da Central de Medicamentos (CEME), doava material de consumo, por quotas, aos municípios.

Em Santa Catarina, havia a Secretaria de Estado da Saúde, que coordenava as ações referentes à saúde dos municípios e dos postos de saúde do INAMPS. Além disso, destacavam-se, ainda, a participação da Fundação Hospitalar que administrava os hospitais, e o Departamento de Saúde Pública que atendia à saúde pública, nos vários municípios.

Com a criação do convênio SUDS -01/86, os Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Educação, do Trabalho, o INAMPS e o governo do Estado de Santa Catarina, com a interveniência da Secretaria da Saúde, implantaram o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

O SUDS teve como objetivo, no âmbito municipal, o aperfeiçoamento da estratégia das Ações Integradas da Saúde e a contribuição para o avanço do processo da Reforma Sanitária. O financiamento deste convênio nos municípios deu-se através da co-participação financeira entre Estado e Município, com a criação do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Com o SUDS, então, foram descentralizadas as ações do governo federal para o governo do Estado, sendo que o governo do Estado transferiu aos municípios, os postos de assistência médica e sanitária para as Unidades Sanitárias.

No final de 1990 surge o SUS - Sistema Único de Saúde - que tem como principal meta a municipalização da rede básica de saúde.

Em relação às microrregiões pesquisadas, o total per capita do indicador "saúde e saneamento" (tabela 15) indica que na microrregião de Blumenau apresentou-se os maiores valores per capita em todos os anos analisados, apesar do aumento da população desta microrregião no mesmo período.

A maior variação deste indicador se deu na microrregião de Araranguá, que tinha em 1980 o valor per capita de Cr\$ 1,27, passando a assumir em 1990 a segunda posição com valor per capita de Cr\$ 6,81.

TABELA 15- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "SAÚDE E SANEAMENTO" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

Em Cr\$ 1.000,00

MICRORREGIÃO	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araraquã	1,27	-14,83	1,10	519,62	6,81	
Lages	0,91	42,82	1,30	286,20	5,05	
Blumenau	3,63	14,41	4,15	182,65	11,74	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

Na tabela 16, podemos verificar, nas estatísticas sumárias do indicador "saúde e saneamento" por microrregião, que na microrregião de Blumenau ocorreram-se a menor variação média (117,84%), a menor mediana (70,96%), o menor desvio-padrão (213,01%) e a menor variação máxima (715,14%). Isto se deve principalmente aos altos valores per capita que já vinham sendo dispendidos nesta microrregião em relação às outras microrregiões.

TABELA 16- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "SAÚDE E SANEAMENTO" POR MICRORREGIÃO

ESTATÍSTICAS	VALOR						VALOR
	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MINIMO	MAXIMO		
Araraquã	244,45	87,45	370,59	-100,00	1260,64		
Lages	279,80	102,99	379,09	-77,42	1124,45		
Blumenau	117,84	70,76	213,01	-100,00	715,14		

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

Enquanto que na microrregião de Lages, apesar de se apresentar a maior variação média (279,80%), a maior mediana (102,99%) e o maior desvio-padrão (379,09%), o valor per capita apresentado continuou sendo o menor (Cr\$ 5,05).

Nos municípios de Araranguá, São Joaquim e Rio dos Cedros apresentou-se a maior variação devido aos baixos valores per capita obtidos nos anos de 1980 e 1985. Além disso, através do SUDS, a Secretaria do Estado da Saúde repassou verbas para esses municípios, com o objetivo de reformar unidades sanitárias. Araranguá, além de receber estes convênios, através do SUDS, teve diminuição da população do ano de 1980 para o ano de 1990, o que fez concentrar o volume de gastos neste indicador.

3.1.2.6 Agricultura e recursos naturais

O indicador "agricultura e recursos naturais" tem como principais programas de despesa: a organização agrária, a produção vegetal, a produção animal, o abastecimento, a preservação de recursos naturais renováveis e a promoção rural. Nos países parcialmente desenvolvidos, como o Brasil, conforme Harbinson e Myers (1965), o desenvolvimento econômico depende tanto do progresso na agricultura como do desenvolvimento industrial, segundo linhas modernas.

As despesas com saúde e educação, assim como em agricultura foram subsidiadas por convênios com o governo do Estado em várias prefeituras, principalmente para pagamento de obras e instalações, abastecimento e serviços da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), que era mantida pela Secretaria de Estado da Agricultura.

Portanto, em 1990, a maioria dos gastos realizados em serviços e equipamentos na agricultura, com exceção da manutenção

dos postos da ACARESC, foram assumidos pelas prefeituras dos municípios, com auxílio de convênios com o governo do Estado.

A tabela 17 apresenta o total per capita e a variação das despesas com agricultura e recursos naturais, efetuadas pelas prefeituras nas microrregiões em análise. Note-se que na microrregião de Lages apresentaram-se os maiores valores per capita em todos os anos avaliados, apesar do aumento da população na microrregião, conforme anexo 11.

TABELA 17- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS" POR MICRORREGIÃO E POR
ANC

ANO		ANOS						Em Cr\$ 1.000,00
MICRORREGIÃO	1980	Variação %	1985	Variação %	1990			
Araranguá	0,15	635,16	1,17	237,68	3,95			
Lages	1,10	67,09	1,85	117,43	4,02			
Blumenau	0,98	67,83	1,52	163,05	4,01			

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

Embora a microrregião de Lages seja caracterizada pelas atividades oriundas da agricultura, na microrregião de Araranguá obteve-se a maior variação deste indicador em todos os anos analisados. Contudo, esta última microrregião apresenta os menores valores per capita: no ano de 1980 (Cr\$ 0,15), no ano de 1985 (Cr\$ 1,17) e no ano de 1990 (Cr\$ 3,95).

Conforme a tabela 6, a agricultura tem recebido menor atenção nas despesas por parte das prefeituras destas microrregiões. Segundo Baer (1979), os estrangulamento nas despesas no setor da agricultura decorre da falta de

investimentos em instalações de infra-estrutura econômica e social, tais como melhores estradas e armazenamento para produtos agrícolas.

Na tabela 18 são apresentadas as estatísticas sumárias da variações do indicador "agricultura e recursos naturais" por microrregião. O que pode ser observado, é que na microrregião de Araranguá obteve-se a maior variação média (755,06%). Apesar de apresentar maior variação, na microrregião de Araranguá permaneceu-se com valores per capita abaixo das outras microrregiões. Na microrregião de Lages obteve-se a menor variação média (138,19%) e a menor mediana (96,56%), devido aos altos valores per capita que se mantinham nesta microrregião.

TABELA 18- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS" POR MICRORREGIÃO
/ \ % Per Capita

ESTATÍSTICAS		I	I	I	DESVIO	I	VALOR	I	VALOR		
		I	MÉDIA	I	MEDIANA	I		I			
MICRORREGIÃO		I		I	PADRAO	I	MINIMO	I	MAXIMO		
Araranguá		I	755,06	I	100,00	I	156,48	I	-100,00	I	5433,98
Lages		I	138,19	I	96,57	I	197,97	I	-100,00	I	535,80
Blumenau		I	246,23	I	100,00	I	456,20	I	-100,00	I	2060,00
		I		I		I		I		I	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

Nos municípios de Turvo, Anita Garibaldi e Indaial apresentou-se a maior variação per capita deste indicador.

No município de Turvo, decorreram-se maiores investimentos na agricultura, sendo que seus principais gastos foram: aquisição de máquinas e equipamentos para a agricultura e investimentos na agroindústria. Vale ressaltar que os convênios repassados pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, foram canalizados para obras e instalações na agricultura. As

principais assistências técnicas, deram-se na construção de armazéns comunitários e casas de máquinas, na irrigação, na recuperação de várzeas, na distribuição de mudas exóticas e nativas, na instalação de viveiros para produção de mudas e na implantação de reflorestamento.

No município de Anita Garibaldi, apesar do recebimento da assistência técnica para produtores, ocorreu a diminuição da população do ano de 1980 para o ano de 1990, o que fez concentrar o volume de gastos neste indicador.

No município de Indaial houveram investimentos nas diversas funções devido a aumentos na receita. Além de recursos resultantes dos convênios com o governo do Estado, que auxiliaram na assistência técnica aos produtores de fruticultura, culturas alimentares, apicultura, ovinocultura, bovinocultura e suinocultura, efetivou-se o abastecimento de famílias com alimentos subsidiados, através do Projeto Alimentação Comunitária, e a distribuição de mudas exóticas e nativas para agricultores.

3.1.2.7 Habitação e serviços urbanos

O indicador "habitação e serviços urbanos" expressa os valores dos gastos com habitações rurais e urbanas, planejamento urbano e serviços de utilidade pública, como a iluminação e a limpeza pública.

Cabe salientar que o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), através do Programa de Urbanização

(PROURB) tem financiado a maioria dos municípios contemplados nesta pesquisa, nas obras de serviços urbanos, com recursos do Banco Mundial.

Em 1986, quando o PROURB foi criado, 50% dos custos do projeto, no município, eram financiados. Dos 50% restantes, 25% eram financiados pelo próprio município e 25% eram financiados pelo governo do Estado a fundo perdido. No entanto, em 1990, o PROURB passou a financiar 65% do custo da obra, sendo que dos 35% restantes, o Estado financiava 10% a fundo perdido, para obras sociais. Portanto, os municípios ficaram com 25% do custo da obra para financiamento pelo PROURB.

Os financiamentos eram destinados à infra-estrutura do município: infra-estrutura urbana, equipamentos comunitários, infra-estrutura de apoio à agricultura e equipamentos para veículos; e/ou destinados à assistência técnica: desenvolvimento de recursos humanos, melhoria da administração municipal, fortalecimento das Associações de Municípios e fiscalização.

Considerando que os recursos do PROURB atingiam municípios com população urbana inferior a 50.000 habitantes, dos municípios analisados nesta pesquisa, dentre os que não receberam esses recursos, incluem-se o município de Blumenau e o de Lages.

A tabela 19 apresenta o total per capita e a variação das despesas com habitação e serviços urbanos, efetuadas pelas prefeituras das microrregiões analisadas. Note-se que na microrregião de Blumenau apresentou-se os maiores valores per capita em todos os anos analisados, apesar do aumento da população nesta microrregião conforme anexo 11.

TABELA 19- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS" POR MICRORREGIÃO E POR ANO
Em Cr\$ 1.000,00

MICRORREGIÃO	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	1,88	94,71	3,67	187,62	7,62	
Lages	2,21	187,28	6,36	-27,55	4,60	
Blumenau	13,26	67,75	22,24	-10,19	19,97	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

A maior variação deste indicador se deu na microrregião de Araranguá, na qual obteve-se o menor valor per capita no ano de 1980 (Cr\$ 1,88), passando a assumir a segunda posição no ano de 1990 com o valor per capita de Cr\$ 7,62.

As estatísticas sumárias da variação das despesas com habitação e serviços urbanos, por microrregião (tabela 20), indicam que na microrregião de Blumenau apresentou-se a menor variação média (166,76%), a menor mediana (3,89%) e o maior desvio padrão (571,51%). Isto significa que a maioria das prefeituras nesta microrregião deram ênfase a estes gastos no período entre 1980 e 1985, devido, principalmente, aos problemas

TABELA 20- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS" POR MICRORREGIÃO

ESTATÍSTICAS	/ \ % Per Capita					
	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO	
MICRORREGIÃO						
Araranguá	221,97	7,75	357,08	-100,00	1113,09	
Lages	204,23	45,39	504,28	-100,00	2008,31	
Blumenau	166,76	3,89	571,51	-100,00	2814,68	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

causados pela enchente em 1983. Na microrregião de Araranguá, apesar de apresentar a média mais alta (221,97%) e na microrregião de Lages, maior mediana (45,35%), ambas as microrregiões ficaram com valores per capita abaixo da microrregião de Blumenau.

Nos municípios de Araranguá, São José do Cerrito e Rio dos Cedros apresentou-se a maior variação per capita deste indicador. Nos municípios de Araranguá e São José do Cerrito obtiveram-se maior variação devido aos baixos valores per capita obtidos em 1980 e à diminuição da população do ano de 1980 para o ano de 1985, o que fez concentrar o volume de gastos neste indicador. No município de Rio dos Cedros apresentou-se um baixo valor per capita em 1980 e com o aumento da sua receita a prefeitura pôde direcionar mais recursos para a infra-estrutura urbana. No anexo 13 podemos observar que na microrregião de Blumenau aplicou-se maior volume de recursos financiados pelo FROURE.

3.1.2.8 Indústria e Comércio

A tabela 21 mostra o indicador "indústria e comércio" que tem como principais programas: a promoção industrial e comercial, serviços financeiros e promoção do turismo.

Embora este indicador tenha correlação direta com o fomento à indústria, os valores obtidos nos balanços municipais não podem ser analisados pois, a grande maioria dos municípios das microrregiões analisadas apresentam valores per capita igual a zero e a maioria das variações são negativas. Isto significa que

TABELA 21- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "INDÚSTRIA E COMÉRCIO" POR MICROREGIÃO E POR ANO

MICRORREGIÃO	Em Cr\$ 1.000,00					
	ANOS					
	I 1980	I Variação %	I 1985	I Variação %	I 1990	
Araranquá	I 0,15	I -62,57	I 0,05	I 130,13	I 0,13	
Lages	I 0,11	I -19,09	I 0,09	I -34,08	I 0,06	
Blumenau	I 0,32	I -100,00	I 0,00	I 100,00	I 1,07	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS DE 1980, 1985 E 1990.

a grande maioria dos municípios não tem a função indústria e comércio, ou então, alguns valores foram absorvidos na função governo e administração.

Portanto, o resultado obtido nas análises deste indicador não foi considerado nas interpretações da pesquisa.

Concluída a análise descritiva dos valores constantes dos indicadores da variável independente "despesa pública municipal", analisa-se, no próximo item, o comportamento dos indicadores da variável dependente "estrutura industrial".

3.2 Análise da variável dependente - Estrutura Industrial

A variável dependente "estrutura industrial" foi medida pelos indicadores: número de estabelecimentos industriais, renda industrial e produtividade industrial.

Nos subtópicos a seguir, analisar-se-ão os dados referentes a cada um dos indicadores da variável dependente.

3.2.1 Número de estabelecimentos industriais

A tabela 22 apresenta o total e a variação do número de estabelecimentos industriais nas microrregiões em análise. Note-se que na microrregião de Blumenau apresentou-se o maior número de estabelecimentos em todos os anos analisados, e a maior variação na década de 80.

TABELA 22- TOTAL E VARIAÇÃO DO INDICADOR "NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS" POR MICRORREGIÃO E POR ANO
Em Cr\$ 1.000,00

MICRORREGIÃO	ANO					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	598	-29,76	428	56,19	656	
Lages	498	-11,84	443	45,37	644	
Blumenau	1648	-16,14	1382	135,67	3257	

FONTE: IBGE, 1981, 1984, 1985, 1991, 1992.
SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda, 1992.

Na microrregião de Araranguá, apesar da diminuição do número de estabelecimentos (-29,76%) entre os anos de 1980 e 1985, obteve-se a segunda posição em 1990 com 656 estabelecimentos industriais.

As estatísticas sumárias da variação do número de estabelecimentos industriais, por microrregião (tabela 23) indicam que na microrregião de Blumenau obtiveram-se maior variação média (42,80%), maior mediana (19,61%) e maior variabilidade (77,11%). Isto significa que a maior parte das variações positivas aconteceram entre os anos de 1985 e 1990.

TABELA 23- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS" POR MICRORREGIÃO

								/\ %			
	ESTATISTICAS	I	I	I	DESVIO	I	VALOR	I	VALOR		
		I	MEDIA	I	MEDIANA	I	I	I	I		
MICRORREGIAO		I		I		I	PADRAO	I	MINIMO	I	MAXIMO
Araraquá		I	11,54	I	-13,29	I	55,34	I	- 57,14	I	180,80
Lages		I	20,75	I	9,56	I	71,58	I	- 66,66	I	180,80
Blumenau		I	42,80	I	19,61	I	77,11	I	- 45,45	I	234,35
		I		I		I		I		I	

FONTE: IBGE, 1981, 1984, 1985, 1991, 1992.
SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda, 1992.

Na microrregião de Araranguá, apesar de apresentarem-se a menor variação média (11,54%), menor mediana (-13,29%) e menor desvio-padrão (55,34%), assumiu-se a segunda posição em número de estabelecimentos entre as três microrregiões em análise.

Nos municípios de Praia Grande, Campo Belo do Sul e Brusque apresentou-se maior variação deste indicador. Nos municípios de Praia Grande e Campo Belo do Sul contava-se apenas com 16 e 5 estabelecimentos industriais, em 1985, passando a conter 32 e 14 estabelecimentos, respectivamente. Este crescimento deveu-se, principalmente, a diversificação da indústria, em função da queda do ciclo da madeira, acontecido no mesmo período.

No município de Brusque obteve-se o crescimento de 195 empresas industriais, em 1985, para 652 empresas industriais, em 1990. Este crescimento deveu-se, principalmente, pelo aumento das fábricas de confecção e malharias, típicas desta microrregião.

De acordo com o relatório elaborado no Brasil (1978), o crescimento industrial de Blumenau, embora tendo incorporado um volume maior de mão-de-obra e estabelecimentos, em grande parte,

se deve à expansão das empresas já existentes.

3.2.2. Renda industrial

A Lei de Engel (apud Kuznets, 1974) diz: à medida em que aumenta a renda, a quantidade gasta em necessidades tais como alimentação, não cresce tão rapidamente quanto a renda.

Para Boiser, Smolka e Barros (1973), a renda industrial apresenta diferenças de região para região, entre setores e também entre tamanhos diferentes de empresas. Se essas diferenças são percebidas ou detectadas pelos trabalhadores industriais, pode-se confrontar a situação apresentada com os movimentos migratórios nas microrregiões do Estado.

Contudo, Baer (1979) afirma que, na indústria brasileira, a elasticidade maior na substituição de capital por trabalho; na indústria como um todo, serve para explicar a tendência a uma maior concentração de renda.

A tabela 24 mostra o indicador "renda industrial", no qual contém o valor dos salários, comissões e honorários pagos por empregado industrial e sua variação, por microrregião e anos analisados. Note-se que na microrregião de Blumenau apresentou-se os maiores valores por empregado industrial em todos os anos analisados, apesar do aumento do número de empregados industriais, verificado nesta microrregião, conforme anexo 12.

A maior variação deste indicador se deu na microrregião de Araranguá, apresentando-se o menor valor por empregado industrial

TABELA 24- TOTAL POR EMPREGADO E VARIAÇÃO DO INDICADOR "RENDA INDUSTRIAL" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

Em Cr\$ 1.000,00

MICRORREGIÃO	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	684,33	75,25	1199,33	- 6,27	1124,03	
Lages	899,12	13,34	1019,11	- 1,04	1008,47	
Blumenau	1991,49	12,60	2242,47	49,34	3349,04	

FONTE: IBGE, 1981, 1984, 1985, 1991, 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda, 1992.

no ano de 1980 (Cr\$ 684,33), passando a assumir a segunda posição nos anos de 1985 e 1990 com valores por empregado industrial de 1.199,33 e de Cr\$ 1.124,03, respectivamente. Nesta microrregião, apesar de aumentarem-se os empregados industriais (98,90% - conforme anexo 12), apresentou-se um aumento significativo da renda industrial entre os anos de 1980 e 1985 (75,25%).

As estatísticas sumárias da variação da renda industrial, por microrregião (tabela 25), indicam que na microrregião de

TABELA 25- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "RENDA INDUSTRIAL" POR MICRORREGIÃO

ESTATÍSTICAS	/% POR EMPREGADO INDUSTRIAL					
	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO	VALOR	VALOR	
				MINIMO	MAXIMO	
Araranguá	40,52	30,09	63,85	- 66,30	183,38	
Lages	14,97	01,01	73,02	- 88,95	228,55	
Blumenau	27,16	17,58	67,34	- 63,86	332,43	

FONTE: IBGE, 1981, 1984, 1985, 1991, 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda, 1992.

Blumenau obtiveram-se uma variação média positiva (27,16%), mediana igual a 17,58% e desvio-padrão alto de 67,34%. Isto significa que nesta microrregião apresentou-se a maior parte das variações positivas no período entre 1985 e 1990.

Na microrregião de Araranguá apesar de obterem-se a maior variação média (40,52%) e maior mediana (30,09%), estas prefeituras não conseguiram alcançar os valores obtidos pelas prefeituras na microrregião de Blumenau.

Nos municípios de Jacinto Machado, Bom Retiro e Gaspar apresentou-se a maior variação da renda industrial por empregado nas suas microrregiões.

No município de Jacinto Machado obteve-se a maior variação devido ao baixo valor da renda industrial por emprego apresentado em 1990.

No município de Bom Retiro obteve-se a maior variação no ano de 1985 para o ano de 1990 (220,55%), em função do aumento da receita das empresas, ocasionado pela valorização de mercadorias, e, também, pela diminuição do número de empregados industriais em cerca de 47% de 1980 a 1990.

No município de Gaspar obteve-se a maior variação da renda industrial (332,43%), apesar do aumento do número de empregados pela criação de mais microempresas no município.

3.2.3 Produtividade industrial

O indicador "produtividade industrial" indica o valor da produção industrial por empregado industrial em cada microrregião

analisada.

Como mostra a tabela 26, a maior produtividade industrial se deu na microrregião de Araranguá que continha o menor valor em 1980 e 1985 com valores de Cr\$ 3,72 e de Cr\$ 5,41, respectivamente.

TABELA 26- TOTAL PER CAPITA E VARIAÇÃO DO INDICADOR "PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL" POR MICRORREGIÃO E POR ANO

MICRORREGIÃO	ANOS						Em Cr\$ 1.000,00
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990		
Araranguá	3,72	45,44	5,41	235,46	18,15		
Lages	5,41	4,33	5,64	40,89	7,95		
Blumenau	9,57	7,15	10,25	224,21	33,26		

FONTE: IBGE, 1981, 1984, 1985, 1991, 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda, 1992.

A maior variação entre 1985 e 1990 se deveu ao aumento da produção industrial e à diminuição do número de empregados em 29,79%, conforme anexo 12.

As estatísticas sumárias da variação da produtividade industrial, por microrregião (tabela 27), indicam que na microrregião de Araranguá obteve-se a maior variação média (167,72%), maior mediana (99,85%) e maior desvio-padrão (213,72%). Isto evidencia que as maiores variações se deram, nesta microrregião, entre os anos de 1985 e 1990, apesar de permanecerem-se com valores baixos, quando comparados com a microrregião de Blumenau.

TABELA 27- ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL" POR MICRORREGIÃO

	/ %					
	ESTATÍSTICAS	I	I	I	DESVIO	I VALOR I VALOR
		I	MÉDIA	I	MEDIANA	I
MICRORREGIÃO		I		I	PADRÃO	I MINIMO I MAXIMO
Araranguá		I	167,72	I	99,85	I 213,72 I - 43,44 I 638,41
Lages		I	48,69	I	11,90	I 103,28 I - 44,56 I 372,88
Blumenau		I	124,96	I	95,66	I 137,79 I - 43,75 I 393,88
		I		I		I

FONTE: IBGE, 1981, 1984, 1985, 1991, 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda, 1992.

Nos municípios de São João do Sul, Anita Garibaldi e Guabiruba apresentou-se a maior variação da produtividade industrial nas suas microrregiões.

No município de São João do Sul obteve-se aumento da produção industrial (696%) e redução do número de empregados industriais (-9%), o que evidencia o aumento na produtividade industrial.

No município de Anita Garibaldi obteve-se redução do número de empregados industriais (-41,15%) entre 1985 e 1990, ocasionando o aumento da produtividade industrial.

No município de Guabiruba obteve-se o aumento da produção industrial, acompanhado do aumento do número de empregados industriais (+47,65%) entre os anos de 1985 e 1990, ocasionando aumento na produtividade industrial.

3.3 Análise dos Indicadores da Variável Independente "Despesa pública Municipal" em Relação aos Indicadores da Variável Dependente "Estrutura Industrial"

3.3.1 Correlação linear de Pearson

Para analisar a relação entre os indicadores da variável dependente e os indicadores da variável independente foram observados inicialmente os coeficientes de correlação linear de Pearson.

O coeficiente de correlação expressa numericamente o grau de associação entre duas variáveis. Neste caso, foram analisadas as variações da despesa pública municipal e da estrutura industrial, considerando-se as variações dos dois períodos (1980-1985 e 1985-1990), como um conjunto de dados agregados para os trinta municípios das três microrregiões, podendo ser encontrada uma correlação negativa ou positiva. Quando a correlação é positiva significa que os valores altos dos indicadores da "despesa pública municipal" tendem a obter valores altos nos indicadores da "estrutura industrial". Se a correlação é negativa, os valores altos dos indicadores da variável "despesa pública municipal" tendem a obter valores baixos na variável "estrutura industrial". Estes coeficientes assumem valores entre -1 e 1. O coeficiente com valor zero significa ausência de correlação; com valor próximo a 1 significa uma correlação forte e positiva; com valor próximo a -1 corresponde a uma correlação forte e negativa.

A tabela 28 mostra que o indicador "número de

estabelecimentos industriais" tem uma correlação positiva com os indicadores: "despesa de capital", "governos e administração", "trabalho e previdência social" e "transportes e comunicações", "educação" e "agricultura", que são significativos ao nível de significância de 5% com 59 graus de liberdade. Destes indicadores os que apresentam uma correlação média e positiva são os indicadores: despesas de capital (0,466) e educação (0,547).

TABELA 28 - COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON ENTRE OS INDICADORES DAS VARIÁVEIS "DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL" E "ESTRUTURA INDUSTRIAL"

	ESTRUTURA INDUSTRIAL		
	ESPEI	RIPEI	PRODEI
DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL			
Por Categoria Econômica			
DCORPCAP	0,154	-0,015	0,243
DCAPPCAP	0,466*	-0,076	0,304*
Por Categoria Funcional			
GOVECAP	0,270*	-0,126	0,463*
TRABCAP	0,426*	-0,251	0,002
TRANCAP	0,380*	0,036	0,208
EDUCCAP	0,547*	-0,078	0,479*
SAUDCAP	0,166	-0,270*	0,219
AGRICAP	0,269*	-0,022	0,260*
HABICAP	-0,245	-0,067	-0,247
EDUCAP	0,147	0,014	0,211

* correlação significativa a 5% com 59 graus de liberdade

Em relação ao indicador "renda industrial", observa-se uma correlação negativa com a maioria dos indicadores da despesa pública municipal. Note-se que apenas o indicador "saúde e

saneamento" apresentou correlação fraca e negativa, e os demais não apresentaram correlação ao nível de significância de 5%.

No caso do indicador "produtividade industrial", observa-se uma correlação positiva com os indicadores: "despesas de capital", "governo e administração", "educação" e "agricultura e recursos naturais", que são significativos ao nível de significância de 5% com 59 graus de liberdade. Destes indicadores os que apresentam uma correlação média e positiva são os indicadores: "governo e administração" e "educação".

Estas correlações serão confirmadas, através da análise de regressão múltipla e, posteriormente, serão apresentadas as possíveis explicações para a ocorrência destes fatos.

3.3.2. Análise de regressão linear múltipla

A análise de regressão linear múltipla procura quantificar os efeitos do conjunto dos indicadores da variável independente "despesa pública municipal" em cada indicador da variável dependente "estrutura industrial".

O r^2 , coeficiente de determinação, expressa a quantidade de variância da estrutura industrial que é explicada pela combinação linear de todos os indicadores da variável independente. Neste estudo, representa a percentagem de variância da estrutura industrial, devido à melhor combinação linear possível dos indicadores da variável despesa pública municipal, considerando as limitações do modelo utilizado e as microrregiões em estudo.

Foram usadas, também, transformações logarítmicas em todos os

indicadores das variáveis, devido ao fato de que todos eles apresentaram distribuições assimétricas. Essas transformações tiveram objetivo de reduzir a influência de valores extremos no ajuste do modelo linear, e, com isto, foi possível apresentar uma predição mais adequada com o embasamento teórico apresentado no capítulo 1 desta pesquisa.

Na tabela 29 observa-se que a predição da variação do indicador "número de estabelecimentos industriais" apresenta um coeficiente de determinação (r^2) igual a 0,057, ou seja, a variação do conjunto dos indicadores da variável independente, por categoria econômica, explica 5,7% na variação do número de estabelecimentos industriais. Mesmo sendo baixo, este valor é altamente significativo (probabilidade de significância $< 0,01$).

A variância explicada de 5,7%, devido à melhor combinação dos indicadores da variável independente, já era esperada. A prefeitura que conseguir aumentar sua despesa de capital, principalmente em investimentos, estará contribuindo para o aumento do número de estabelecimentos industriais, no município.

Por categoria funcional, a variação do conjunto dos indicadores da variável independente explica 21,4% na variância do número de estabelecimentos industriais. Esta variância, embora sendo de baixo valor, é altamente significativa (probabilidade de significância $< 0,01$). A tabela 29 mostra que as prefeituras que conseguirem aumentar seus gastos com a estrutura administrativa, transportes, comunicações e educação, estarão contribuindo para o aumento do número de estabelecimentos industriais.

TABELA 29 - PREDIÇÃO DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS" EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DOS INDICADORES DA VARIÁVEL INDEPENDENTE

INDICADORES DA VARIÁVEL PREDITORIA	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	PROBABILIDADE (> T)†
POR CATEGORIA ECONÔMICA			
CONSTANTE	0,982	0,221	0,002
DCORPCAP	0,144	0,111	0,197
DCAPPCAP	0,235	0,056	0,002 **
R: 0,246	R ² : 0,057	RAZÃO F: 9,008	PROB (> F): 0,002
POR CATEGORIA FUNCIONAL			
CONSTANTE	0,910	0,270	0,001
GOVECAP	0,085	0,128	0,510
TRABCAP	0,069	0,024	0,005**
TRANCAP	0,104	0,061	0,009**
EDUCAP	0,198	0,077	0,018**
SAUDCAP	-0,025	0,041	0,537
AGRICAP	0,036	0,024	0,137
HABICAP	-0,012	0,033	0,698
INDUCAP	-0,032	0,078	0,685
R: 0,463	R ² : 0,214	RAZÃO F: 5,505	PROB (> F): 0,002

Legenda:

** F = SIGNIFICATIVO A 5%

* F = SIGNIFICATIVO A 10%

R = COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO MÚLTIPLA

R² = COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

PROB (> F) = nível de significância descritivo do modelo ou probabilidade de significância.

Este resultado é o mesmo obtido por autores que estudam os fatores determinantes da localização industrial, salientando que o custo dos transportes (um dos principais ingredientes na formulação de preços do produto final) é diminuído em regiões que

apresentam uma infra-estrutura urbana mais desenvolvida.

A variância residual ⁴ do indicador "número de estabelecimentos industriais" (78,6%) demonstra a variância não-explicada pelos indicadores da variável independente. Isto leva a concluir que existem outras variáveis independentes não consideradas na presente pesquisa, que contribuem, também, para explicar o crescimento do número de estabelecimentos industriais.

Na tabela 30, observa-se que a predição da variação do indicador "número de estabelecimentos industriais", por microrregião, apresenta um coeficiente de determinação igual a 0,077 pela melhor combinação dos indicadores da variável independente por categoria econômica. Neste caso, o indicador que apresenta significância é a despesa de capital, ou seja, a variação das despesas de capital na microrregião com baixo grau de industrialização (microrregião de Araranguá) tem uma relação direta e positiva com a variação de até 7,7% no número de estabelecimentos industriais. Este aumento das despesas de capital pode ser confirmado na análise da tabela 4.

Ainda na tabela 30, observa-se que na microrregião de Blumenau em relação à de Araranguá há uma diferença significativa quanto a predição da variação do indicador "número de estabelecimentos industriais" em relação a variação das despesas por funções. Isto se deve aos aumentos dos gastos, principalmente, em trabalho, previdência social e educação (conforme tabelas 9 e 13) nessas microrregiões.

(4) A variância residual é obtida através do seguinte processo: deduz-se a variação total (100%) da variância explicada pelo modelo (27,4%), chegando-se à variância residual de 72,6%, ou seja, à variância não explicada pelo conjunto dos indicadores da variável independente.

TABELA 30 - PREDIÇÃO DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS" EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DOS INDICADORES DA VARIÁVEL INDEPENDENTE POR MICRORREGIÃO

INDICADORES DA VARIÁVEL PREDITORIA	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	PROBABILIDADE (> T)†
POR CATEGORIA ECONÔMICA			
CONSTANTE	0,964	0,222	0,002 **
DCORPCAF	0,138	0,111	0,218
DCAPPCAF	0,237	0,058	0,000 **
MICRO (1) x (2)	0,007	0,039	0,849
MICRO (1) x (3)	0,054	0,034	0,121
R: 0,279 R ² : 0,077 RAZÃO F: 5,342 PROB (> F): 0,001			
POR CATEGORIA FUNCIONAL			
CONSTANTE	0,651	0,280	0,024 **
GOVECAF	0,170	0,129	0,195
TRABCAF	0,067	0,023	0,006 **
TRANCAF	0,094	0,058	0,113
EDUCAF	0,200	0,073	0,002 **
SAUDCAF	-0,018	0,040	0,654
AGRICAF	0,037	0,023	0,122
HABICAF	0,001	0,032	0,967
INDUCAF	-0,012	0,075	0,867
MICRO (1) x (2)	0,022	0,035	0,527
MICRO (1) x (3)	0,001	0,031	0,913 **
R: 0,534 R ² : 0,285 RAZÃO F: 5,632 PROB (> F): 0,002			

Legenda:

** P = SIGNIFICATIVO A 5%

† P = SIGNIFICATIVO A 10%

R = COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO MÚLTIPLA

R² = COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

PROB (> F) = nível de significância descritivo do modelo ou probabilidade de significância.

CONSTANTE = microrregião de Araranguá

MICRO (1) x (2) = microrregião de Lages em relação à microrregião de Araranguá

MICRO (1) x (3) = microrregião de Blumenau em relação à microrregião de Araranguá

Portanto a variação do conjunto dos indicadores da despesa pública municipal tem uma relação direta e positiva com a variação de até 28,5% no número de estabelecimentos industriais nas microrregiões de Blumenau e Araranguá.

A tabela 31 mostra que a predição da variação do número de estabelecimentos industriais em função da variação do conjunto de indicadores da despesa pública municipal, seja por categoria econômica ou por categoria funcional, não se altera conforme o período analisado. Verificou-se que ambas as variações entre os anos de 1980-1985 e de 1985-1990 foram significativas no modelo. Além disso, esta predição, em função do período analisado, confirmou a existência dos indicadores que apresentaram significância e que haviam sido observados na tabela 29.

Quanto ao indicador "renda industrial", da variável dependente "estrutura industrial", não foi analisada sua predição devido a baixa e negativa correlação observada na tabela 28.

A tabela 32 mostra que a variação do indicador "produtividade industrial" apresenta um coeficiente de determinação (r^2) igual a 0,022, ou seja, a variação do conjunto dos indicadores da variável independente, por categoria econômica, explica 2,2% na variação da produtividade industrial. Esta variância, embora seja fraca e de baixo valor, é altamente significativa (probabilidade de significância $< 0,01$).

Os resultados desta regressão mostram que as prefeituras que apresentarem maiores dispêndios com despesas correntes e despesas de capital apresentarão uma relação direta e positiva com a produtividade industrial.

TABELA 31 - PREDIÇÃO DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DOS INDICADORES DA VARIÁVEL INDEPENDENTE POR ANO

INDICADORES DA VARIÁVEL PREDITÁRIA	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	PROBABILIDADE (> T)
POR CATEGORIA ECONÔMICA			
CONSTANTE	1,455	0,183	0,000 **
DCORPCAP	0,036	0,085	0,476
DCAPPCAP	0,019	0,055	0,729
ANO (1) x (2)	0,183	0,028	0,000 **
R: 0,569 R ² : 0,323 RAZÃO F: 24,672 PROB (> F): 0,000			
POR CATEGORIA FUNCIONAL			
CONSTANTE	1,803	0,218	0,000 **
GOVECAP	-0,108	0,091	0,240
TRABCAP	0,038	0,016	0,027 **
TRANCAP	0,091	0,041	0,033 **
EDUCCAP	-0,078	0,063	0,220
SAUDCAP	-0,123	0,031	0,000 **
AGRICAP	0,039	0,016	0,021 **
HARICAP	0,003	0,022	0,669
INDUCAP	-0,010	0,053	0,648
ANO (1) x (2)	0,247	0,032	0,000 **
R: 0,754 R ² : 0,568 RAZÃO F: 17,108 PROB (> F): 0,000			

Legenda:

** P = SIGNIFICATIVO A 5%

* P = SIGNIFICATIVO A 10%

R = COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO MÚLTIPLA

R² = COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

PROB (> F) = nível de significância descritivo do modelo ou probabilidade de significância.

CONSTANTE = variação entre os anos de 1980 e 1985

ANO (1) x (2) = variação entre os anos de 1985 e 1990 em relação à constante.

TABELA 32 - PREDIÇÃO DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL" EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DOS INDICADORES DA VARIÁVEL INDEPENDENTE

INDICADORES DA VARIÁVEL PREDITORIA	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	PROBALIDADE (> T) †
POR CATEGORIA ECONOMICA			
CONSTANTE	0,539	0,430	0,214
DCORPCAP	0,425	0,216	0,053
DCAPPCAP	0,261	0,113	0,016 †
R: 0,150 R ² : 0,022 RAZÃO F: 5,042 PROB (> F): 0,009			
POR CATEGORIA FUNCIONAL			
CONSTANTE	-0,205	0,533	0,702
SOVECAP	0,725	0,253	0,001 †
TRABCAP	-0,067	0,047	0,156
TRANCAP	0,030	0,120	0,799
EDUCCAP	0,342	0,152	0,028 †
SAUDCAP	-0,033	0,081	0,681
AGRICAP	0,049	0,046	0,306
HABICAP	-0,025	0,065	0,699
INDUCAP	0,113	0,154	0,468
R: 0,386 R ² : 0,146 RAZÃO F: 4,008 PROB (> F): 0,000			

Legenda:

† P = SIGNIFICATIVO A 5%

R = COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO MÚLTIPLA

R² = COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

PROB (> F) = nível de significância descritivo do modelo ou probabilidade de significância.

A variação do conjunto dos indicadores da variável independente, por categoria funcional explica 14,8% da variação na produtividade industrial. Esta variação é altamente significativa, conforme probabilidade de significância $< 0,01$.

Pode-se afirmar que as prefeituras que aumentarem as suas despesas, principalmente, com a estrutura administrativa e com educação poderão apresentar maior produtividade industrial. Alguns resultados semelhantes sobre educação foram obtidos no trabalho de Harbinson e Myers (1965).

Na tabela 33, observa-se que a predição da variação do indicador "produtividade industrial", por microrregião, apresenta um coeficiente de determinação igual a 0,059 em relação a variação do conjunto dos indicadores das despesas por categoria econômica, ou seja, a variação das despesas correntes e de capital na microrregião de Lages com médio grau de industrialização em relação a microrregião de Araranguá (baixo grau de industrialização) tem uma relação direta e positiva com a variação de até 5,9% na produtividade industrial.

A variação do conjunto dos indicadores da variável independente (despesa pública por funções) explica 21,2% na variação de produtividade industrial, por microrregião. Esta variância, embora sendo de baixo valor, é altamente significativa (probabilidade de significância $< 0,01$). Além disso, a tabela 33 mostra que os aumentos das despesas, principalmente, com a estrutura administrativa e com educação não variam de acordo com a microrregião analisada. Esta interpretação se deve ao fato que nas três microrregiões analisadas não tiveram probabilidade significativa ao nível de 5% na relação entre as variáveis.

TABELA 33- PREDIÇÃO DA VARIAÇÃO DO INDICADOR " PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL" EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DOS INDICADORES DA VARIÁVEL INDEPENDENTE POR MICRORREGIÃO

INDICADORES DA VARIÁVEL PREDITORIA	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	PROBABILIDADE (> T) :
POR CATEGORIA ECONÔMICA			
CONSTANTE	0,701	0,418	0,099
DCORPCAP	0,346	0,209	0,104
DCAPPCAP	0,309	0,109	0,006 *
MICRO (1) x (2)	-0,185	0,073	0,014 *
MICRO (1) x (3)	-0,046	0,064	0,457
R: 0,244 R ² : 0,059 RAZÃO F: 4,439 PROB (> F): 0,003			
POR CATEGORIA FUNCIONAL			
CONSTANTE	-0,235	0,556	0,673
GOVECAP	0,698	0,256	0,008 *
TRABCAP	-0,049	0,046	0,294
TRANCAP	-0,009	0,115	0,937
EDUCCAP	0,364	0,145	0,015 *
SAUDCAP	0,001	0,079	0,967
AGRICAP	0,031	0,046	0,505
HABICAP	-0,021	0,063	0,731
INDUCAP	0,143	0,146	0,338
MICRO (1) x (2)	- 0,128	0,070	0,093
MICRO (1) x (3)	0,044	0,063	0,486
R: 0,461 R ² : 0,212 RAZÃO F: 4,198 PROB (> F): 0,002			

Legenda:

** P = SIGNIFICATIVO A 5%

R = COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO MÚLTIPLA

R² = COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

PROB (> F)= nível de significância descritivo do modelo ou probabilidade de significância.

CONSTANTE = microrregião de Araranguá

MICRO (1) x (2) = microrregião de Lages em relação à microrregião de Araranguá

MICRO (1) x (3) = microrregião de Blumenau em relação à microrregião de Araranguá

A tabela 34 mostra que a predição da variação de produtividade industrial em função da variação do conjunto de indicadores da despesa pública municipal, por categoria econômica

TABELA 34 - PREDIÇÃO DA VARIAÇÃO DO INDICADOR "PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL" EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DOS INDICADORES DA VARIÁVEL INDEPENDENTE POR ANO

INDICADORES DA VARIÁVEL PREDITORIA	COEFICIENTES	ERRO PADRÃO	PROBABILIDADE (> T) †
POR CATEGORIA ECONÔMICA			
CONSTANTE	1,304	0,400	0,001 ‡
DCORPCAP	0,253	0,187	0,182
DCAPPCAP	-0,060	0,120	0,616
ANO (1) x (2)	0,290	0,061	0,000 ‡
R: 0,393 R ² : 0,154 RAZÃO F: 12,134 PROB (> F): 0,002			
POR CATEGORIA FUNCIONAL			
CONSTANTE	0,924	0,559	0,104
GOVECAP	0,400	0,234	0,245 ‡
TRABCAP	-0,107	0,043	0,016 ‡
TRANCAP	0,013	0,107	0,896
EDUCCAP	0,004	0,161	0,976
SAUDCAP	-0,157	0,079	0,054
AGRICAP	0,053	0,042	0,219
HAECAP	-0,004	0,050	0,942
INDUCAP	0,140	0,137	0,313
ANO (1) x (2)	0,310	0,082	0,000 ‡
R: 0,523 R ² : 0,273 RAZÃO F: 6,112 PROB (> F): 0,002			

Legenda:

‡ P = SIGNIFICATIVO A 5%

† P = SIGNIFICATIVO A 10%

R = COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO MÚLTIPLA

R² = COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO

PROB (> F) = nível de significância descritivo do modelo ou probabilidade de significância.

CONSTANTE = variação entre os anos de 1980 e 1985

ANO (1) x (2) = variação entre os anos de 1985 e 1990 em relação à constante.

não se altera no período analisado. Esta ampliação se deve ao fato que ambas as variações entre os anos de 1980-1985 e de 1985-1990 foram significativas ao nível de significância de 5%. Por categoria funcional, a predição da variação da produtividade industrial se altera no período analisado pois o período de 1985-1990 foi significativo ao nível de significância de 5%.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A preocupação deste trabalho é analisar a variação da despesa pública municipal e da estrutura industrial nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, na década de 80. Especificamente, procurou-se verificar qual a relação entre os indicadores da despesa pública municipal, por categoria econômica e por categoria funcional, e os indicadores da estrutura industrial.

Com base neste questionamento central, e levando em consideração as respostas obtidas junto às prefeituras das microrregiões apresentam-se, num primeiro momento, as considerações finais e, na sequência o teste de hipóteses, as conclusões e as recomendações deste trabalho.

Os valores, aplicados em cada função da despesa pública, nas prefeituras municipais, levam em consideração : a intenção de satisfazer as necessidades da população, a influência dos grupos econômicos dominantes e a liberdade dos poderes legislativo e executivo de elaborar, implantar e executar os programas governamentais municipais.

Por haver um limite imposto pela receita à expansão dos gastos, as tendências baseadas nas diferenças temporais refletiram, na verdade, a variabilidade da receita e não da

demanda por bens públicos e semi-públicos.

Deve-se observar, também, que a análise dos gastos públicos, feita com base na despesa funcional-programática das prefeituras municipais, não permite separar os efeitos de cada função. A multicolinearidade entre os indicadores da variável independente não permite isolar o efeito dos indicadores que explicam as variações na procura ou na oferta dos bens públicos. Esta mesma constatação foi observada por Burkhead e Miner (1972).

As variações dos indicadores da despesa pública municipal levam em consideração a variação da população dos municípios; assim como as variações dos indicadores da estrutura industrial levam em consideração o aumento ou diminuição do número de estabelecimentos industriais, da produção industrial e do número de empregados industriais.

Quanto às microrregiões escolhidas, por pertencerem à classificação de microrregiões geográficas e por apresentarem interação com as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente, são levadas em consideração as semelhanças na estrutura de dispêndios e na estrutura industrial dos seus municípios.

O cálculo do grau de industrialização das microrregiões geográficas, permitem identificar as microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau como microrregiões de baixo, médio e alto grau de industrialização, quando comparadas somente entre as microrregiões do Estado de Santa Catarina, conforme anexo 2.

Diante do questionamento central deste trabalho e dessas considerações foram testadas três hipóteses:

HIPOTESE 1: As variações da despesa pública municipal e do número de estabelecimentos industriais estão correlacionadas positivamente na microrregião de baixo grau de industrialização, em qualquer período.

Esta hipótese é corroborada nas análises da despesa pública municipal por categoria econômica e por categoria funcional.

Por categoria econômica é razoável supor que aumentando as despesas de capital das prefeituras, principalmente em investimentos, é possível haver uma relação direta e positiva na variação do número de estabelecimentos industriais na microrregião com baixo grau de industrialização em qualquer período.

Foi na microrregião de Blumenau em relação à microrregião de Araranguá que corroborou-se esta hipótese, pois obteve-se nesta última um aumento médio de 11,54% no número de estabelecimentos industriais e um aumento médio da despesa de capital em 63,97 % na década de 80.

Na microrregião de Blumenau também apresentou-se uma relação significativa entre as variações da despesa de capital (aumento de 97,51%) e do número de estabelecimentos industriais (aumento de 42,80%). Para Singer (1978), esta tendência à concentração industrial dá-se nas áreas onde a infra-estrutura é disponível.

Note-se que a microrregião de Blumenau é caracterizada pela diversificação do seu parque industrial. Contudo, não se sabe qual o setor que teve maior dinamicidade, em função do modelo utilizado na pesquisa. Sabe-se, no entanto, que as maiores

empresas tiveram condições de apresentar maiores investimentos devido à possibilidade de maior captação de financiamentos e ampliação do mercado de seus produtos e de suas vendas. Portanto, a expansão industrial materializa-se na microrregião que tem maior número de estabelecimentos de grande porte, com produtividade ligeiramente superior à média. Este resultado é o mesmo obtido na pesquisa de Boisier, Smolka e Barros (1973).

Já na microrregião de Lages, apesar do aumento obtido na despesa de capital (157,82%), apresentou-se apenas 20,75% de aumento no número de estabelecimentos industriais, na década de 80. Este resultado se deve ao término do ciclo da madeira e ao não desenvolvimento de alternativas para o crescimento industrial, naquele período. Somente, no final do ano de 1990, é aprovada a política de incentivos fiscais mais específica para a microrregião.

Por categoria funcional, é razoável supor que aumentando as despesas das prefeituras, principalmente, em educação, transporte, comunicações, trabalho e previdência social é possível haver uma relação direta e positiva com o número de estabelecimentos industriais nas microrregiões com alto e baixo graus de industrialização em qualquer período.

Na microrregião de Araranguá obteve-se aumento médio dos gastos em transportes e comunicações (63,10%) e o maior aumento médio das despesas em educação (177,87%), na década de 80.

Na microrregião de Blumenau também apresentou-se uma relação significativa entre as variações da despesa pública por funções e o número de estabelecimentos industriais. Nos transportes teve o

aumento médio de 122,03% e na educação 131,62%, na década de 80.

Lotz (1970) também conclui que as despesas com o bem-estar social são particularmente importantes em regiões onde existe um grau intensivo de capital que se reflete, em toda a economia, no aumento da renda per capita, da monetarização, da urbanização e, inclusive, do nível de alfabetização.

HIPOTESE 2: As variações da despesa pública municipal e da renda industrial estão correlacionadas positivamente na microrregião com baixo grau de industrialização, em qualquer período.

O indicador "renda industrial" apresenta correlações negativas com a maioria dos indicadores da despesa pública municipal e, portanto, não corrobora com esta hipótese. Aqui comprova-se a relação inversa da Lei de Wagner (apud Musgrave e Peacock, 1958), ou seja, a variação dos gastos públicos não determinam a variação na renda.

As diferenças de renda industrial por microrregião corrobora com o estudo de Boisier, Smolka e Barros (1973), o qual afirma que o aumento das diferenças de salários industriais por microrregião constitui - como resíduo temporal - um poderoso estímulo para elevar o grau de mobilidade interna da população. Contudo, não se pode assinalar se esta mobilidade constitui um fenômeno positivo ou negativo com relação a uma política regional de desenvolvimento.

HIPOTESE 3: As variações da despesa pública municipal e da produtividade industrial estão correlacionadas positivamente e em qualquer microrregião e período.

Esta hipótese é corroborada nas análises da despesa pública municipal por categoria econômica e por categoria funcional.

Por categoria econômica é razoável supor que aumentando-se as despesas de capital das prefeituras, principalmente em investimentos, é possível obter uma relação positiva e fraca com a produtividade industrial em qualquer microrregião e período analisados. Estes resultados corroboram com os estudos de Fürst, Klemmer e Zimmermann (1983), os quais enfatizavam que os valores da produtividade nas unidades territoriais individuais não são determinadas por diferenças na combinação de fatores e, sim, pela disponibilidade de serviços públicos básicos.

O aumento da produtividade industrial, segundo o modelo utilizado, pode ser explicado pela ênfase dada aos serviços públicos oferecidos à população, contribuindo para dar qualidade e melhor padrão de vida aos munícipes. Esta melhora nas condições de vida influíu no aumento da produção dos trabalhadores industriais e, conseqüentemente, no aumento da produtividade industrial do município.

Para Boisier, Smolka e Barros (1973), a confirmação de que os aumentos na produtividade industrial se dá em qualquer região é um assunto de importância conceitual, já que existe uma acentuada tendência (entre planejadores regionais) de considerar que todos os fenômenos ou processos econômicos apresentam resultados diferentes numa distribuição espacial heterogênea.

A respeito disto, Rezende (1983) conclui que a alocação de recursos públicos seria muito mais influenciada por particularidades e limitações institucionais de cada país ou região. No entanto, o efeito demonstração funcionaria no sentido de igualar o comportamento do governo - naquelas regiões vizinhas e submetidas à mesma área de influência - no que se refere à maneira de alocar recursos para a expansão de novos programas.

Por categoria funcional, é razoável supor que aumentando-se as despesas das prefeituras, principalmente na estrutura administrativa dos serviços públicos oferecidos à população e na educação, é possível obter uma relação positiva e moderada com a produtividade industrial, em qualquer microrregião analisada, mas varia conforme o período a ser aplicado.

As estruturas administrativas que tiveram maiores dispêndios com a organização e administração das diversas funções do governo municipal, obtiveram melhoria de qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Esta ênfase na estrutura administrativa, também, influiu no aumento da produtividade industrial.

Nas microrregiões analisadas pode-se dizer que as maiores variações dos gastos com estrutura administrativa e educação foi no período entre 1985 e 1990.

1 Conclusões

Nesta pesquisa constatou-se que a intervenção direta do governo municipal, através da variação de seus gastos na produção de bens e serviços públicos, influi no crescimento industrial dos municípios, de acordo com o modelo utilizado.

O conjunto dos indicadores da variável independente, por categoria econômica, explica 5,7% da variação no número de estabelecimentos industriais. A variação residual (não-explicada pela melhor combinação estatística possível dos indicadores da variável independente) corresponde a 94,3%. A melhor combinação dos gastos nas funções governamentais municipais explica 21,4% na variância do número de estabelecimentos industriais. As variâncias explicadas podem ser aumentadas na medida em que novas pesquisas considerarem outras variáveis, na intervenção direta do governo na economia, nos seus modelos de análises.

É possível supor que na microrregião com baixo grau de industrialização (microrregião de Araranquá), aumentando-se os investimentos públicos, principalmente em transportes e educação, pode-se obter uma relação direta e positiva com o número de estabelecimentos industriais, em qualquer período.

Contudo, apenas aumentar o número de estabelecimentos não gera desenvolvimento ao município. É necessário dar condições sócio-econômicas à população, para que, juntamente com as empresas do município, propulsionem o desenvolvimento.

A renda industrial, é um indicador que tem uma relação inversa, ou seja, a renda não é determinada pela variação dos

recursos públicos dispendidos.

Quanto ao indicador "produtividade industrial", o conjunto dos indicadores da variável independente, por categoria econômica, explica 2,2% da variação da produtividade industrial. O indicador "produtividade industrial" também teve 14,8% de variância explicada pela melhor combinação das despesas funcionais dos governos municipais. A variância residual de 85,2%, neste caso, corresponde à não-explicação da variação deste último indicador. Portanto, esta variância se deve a fatores não utilizados, neste modelo, e que poderiam contribuir para o aumento da produtividade industrial.

É possível estimar que o aumento dos investimentos públicos municipais, em qualquer microrregião e período analisados, pode-se obter uma relação positiva e direta com a produtividade industrial. Além disso, é possível afirmar que há uma relação positiva entre a variação da produtividade industrial e a variação dos gastos com educação e com a estrutura administrativa pública municipal em períodos com maiores taxas inflacionárias.

2 Recomendações

Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, algumas recomendações se fazem necessárias, com o objetivo de aprofundar a questão estudada.

Assim sendo, sugere-se que:

- a) seja realizada uma pesquisa, utilizando a mesma

metodologia do presente trabalho, junto a outras microrregiões, para posterior análise comparativa dos resultados;

b) seja realizada uma pesquisa sobre a oferta dos serviços públicos nos municípios analisados, para posterior análise comparativa dos dispêndios em relação à proporção dos serviços oferecidos à população;

c) seja estudado o somatório da intervenção direta e indireta do Estado, nos municípios analisados, para se saber a proporção de intervenção do Estado que explica o crescimento industrial;

d) O Estado, através dos governos locais, procure estudar novas alternativas para expansão da estrutura industrial, como por exemplo, a atuação das incubadoras de empresas, os incentivos fiscais e financiamentos ao setor privado industrial e

e) seja feito um estudo de mobilidade e qualidade de mão-de-obra industrial, nos municípios analisados, para se avaliar os fatores positivos ou negativos da mobilidade e da qualidade no crescimento industrial.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos C. C. Gastos Sociais no Brasil: habitação e saneamento. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 107-106, ago. 1989.

ALBUQUERQUE, R. Cavalcanti, CAVALCANTI, Clóvis de V. **Desenvolvimento Regional no Brasil**. Brasília: IPEA/IFLAN, 1976.

ALMEIDA, José. **Industrialização e emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INFES, 1974.

ALMOND, Gabriel A., POWELL Jr., G. Bingham. **Uma teoria política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ALVES, Paulo S. Martins. Crescimento industrial e o modelo de oferta ilimitada de mão-de-obra: caso brasileiro. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 31-49, set./dez. 1986.

- ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, região e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1971
- ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública.** São Paulo: Atlas, 1985.
- AZZONI, Carlos R. **Teoria da localização: uma análise crítica.** São Paulo: USP, 1982.
- BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1979.
- BARAT, Josef. **Política de desenvolvimento urbano: aspectos metropolitanos e locais.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.
- BELLAVANCE, Michel. **Les politiques gouvernementales.** Montreal: Agence d'Arc, 1985.
- BENN, A.E. (Coord.) . **Dicionário de Administração.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.
- BIRD, Richard. **The growth of government spending in Canada.** Toronto: Canadian Tax Foundation, 1970.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOISIER, Sérgio, SMOLKA, Martin O., BARROS, Aluizio A. de.
Desenvolvimento regional e urbano: diferenciais de
produtividade e salários industriais. Rio de Janeiro:
IPEA/INPES, 1973.

BOLETIM DE SERVIÇO DO IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, n.
1763, jul. 1989. Suplemento.

BORGES, Antônio A., BOTELHO, Horácio S. Finanças municipais:
uma contribuição ao debate. **Revista de Finanças Públicas**, Rio
de Janeiro, v. 40, n. 342, p. 13-18, abr./jun. 1980.

BRASIL. Leis, decretos etc., Lei n. 4.320, de 17-03-64. **Coleção**
das leis de 1964: Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro:
Departamento de Imprensa Nacional, 1964. v. 1.

-----, Ministério do Interior. Superintendência do
Desenvolvimento do Extremo Sul. **Relatório da sub-região**
industrial: Joinville, Blumenau e Itajaí. Florianópolis:
SUDESUL/GVC/UFSC, 1978.

-----, **Constituição: República Federativa do Brasil,**
1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITTO, Luiz N. de . **Política e espaço regional.** São Paulo:
Nobel, 1986.

BROW, A.J. **The framework of regional policy in the United**
Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de.

Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BRYCE, Murray. **Políticas e métodos de desenvolvimento industrial.** São Paulo: Forense, 1970.

BURKHEAD, J., MINER, J. **Public expenditures.** Chicago: Aldine, 1972.

CALABI, Andréa S., LUQUE, Carlos A. **Os ciclos da expansão industrial e seus impactos.** São Paulo: Nobel/Ministério do Trabalho, 1985.

CAMPOS FILHO, Candido M. Bases para análise de políticas urbanas: os interesses sociais em jogo. **Análise & Conjuntura.** Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 53-72, mai./ago. 1986.

CARDOSO, R. L. Movimentos sociais: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria H. T. de. (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p.215-239.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** New Jersey: Prentice-Hall, 1933.

- COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento.** São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DALTON, Hugh. **Princípios de finanças públicas.** Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- DYE, Thomas R. Models of politics: some help in thinking about public policy. In:... **Understanding public policy.** 5 ed. New Jersey: Prentice Hall, 1984. p.19-43.
- ETZIONI, Amitai. **Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais.** São Paulo: Atlas, 1973.
- FARIA, J. Henrique de, FRAGOMETI, L. H. Cavalcanti. **Um enfoque sistêmico para a implantação e o financiamento de distritos industriais.** Brasília: ANEDI, 1981.
- FRANCISCONI, Jorge G., SOUZA, Maria A. A. **Política nacional de desenvolvimento urbano: estudos e proposições alternativas.** Brasília: IPEA/IPLAN, 1976.
- FURST, Dietrich, KLEMMER, Paul, ZIMMERMANN, Klaus. **Política econômica regional.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1981.

GALBRAITH, John K. **O novo estado industrial.** São Paulo: Pioneira, 1983.

GEORGE, Kenneth D., Joll, Caroline. **Organização industrial: concorrência, crescimento e mudança estrutural.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GERSDORFF, Ralph C. J. Uma teoria geral da mudança estrutural dos gastos e investimentos públicos pode ser elaborada? **Revista de Finanças Públicas**, Rio de Janeiro, v. 40, n.342, p.21-31, abr./jun. 1980.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARAES, Roberto P. A busca da igualdade: restrições institucionais e políticas para o desenvolvimento social da América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.115-141, mai./jul. 1990.

HADDAD, Paulo R. **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial.** Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975.

-----, (Org.) **Economia Regional: teoria e métodos de análise.** Fortaleza: BNE/ETENE, 1989.

HANSEN, N. Teoria dos pólos de desenvolvimento em um contexto regional. **Kyklos**, v.20, p.709-25, 1967.

HARBINSON, Frederick, MYERS, Charles. **Educação, mão-de-obra e crescimento econômico.** São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.

HAY, Donald A. Fatores determinantes da localização industrial no Brasil: 1970 e 1975. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 245-280, abr. 1984

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas.** Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

HIRSCHMANN, Albert O. **Projetos de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico - Santa Catarina.** Rio de Janeiro, v. 1, t. 1, n. 20, 1981. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980).

-----, **Censo industrial - dados gerais - Santa Catarina.** Rio de Janeiro, v. 3, t. 2, pt. 1, n. 21, 1984. (IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980).

-----, **Estimativas da população do Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985. (Estimativas Demográficas - 1981 à 1989).

- , **Divisão territorial do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE/DGC/NDI, 1990.
- , **Municípios: indústria - comércio - serviços.** Rio de Janeiro, v. 4, 1991. (Censos econômicos de 1985 - Região Sul).
- , **Censo demográfico: resultados preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (X Recenseamento Geral do Brasil - 10. de setembro de 1991).
- ISARD, W. **Methods of regional analysis: an introduction.** Cambridge: MIT, 1960.
- JOHANSEN, Leif. **Economia pública.** Barcelona: Vicens-Vives, 1970.
- KUZNETS, Simon. **Teoria do crescimento econômico moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- LOSCH, A. The economics of regions. **Southern Economic Journal**, n.5, p.18-71. 1938.
- LOTZ, Joergen. Patterns of government spending in developing countries. **Manchester**, v.38, n.2, p.119-144, jun. 1970.

MACHADO, Maria Helena. A sociedade e as organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p.74-84, jul./set. 1991.

MATA, Milton da. Crescimento industrial e absorção de mão-de-obra. In: SUZIGAN, Wilson. **Indústria: política, instituições e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MATOS, Fernando M. de. **Santa Catarina, tempos de angústia e esperança: subsídios para um programa de governo**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1986.

MÉDICI, André Cezar. Força de trabalho e produção de serviços de saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.119-143, jan./mar. 1989a.

----- . Saúde e crise na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.7-98, mai./jul. 1989b.

METZGER, Claus. **O lavrador operário de Guabiruba**. Guabiruba: Prefeitura Municipal, 1988.

MONTEIRO, Jorge V. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 1982.

----- . **Economia do setor público.** Rio de Janeiro:
IPEA/INFES, 1987.

MUSGRAVE, Richard, PEACOCK, Alan T. (Orgs.). **Classics in the
theory of public finance.** London: Macmillan, 1958.

MUSGRAVE, Richard. **Finanças públicas: teoria e prática.** São
Paulo: USP, 1980.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de
Janeiro: Saga, 1966.

NAJAR, Alberto L., FISZON, Judith T. Política pública e o
modelo de saneamento no Brasil. In: COSTA, Nilson do R. et
al. **Demandas populares, políticas públicas e saúde.** Rio de
Janeiro: Vozes, 1989. p.141-160. 2 v. v.1.

OSLAK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos: reflexões
a partir de algumas experiências latino-americanas. **Revista de
Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.17-60,
jan./mar. 1982.

PARSONS, Talcott. **Sociedades: perspectivas evolutivas e
comparativas.** São Paulo: Pioneira, 1969.

PEACOCK, Alan T., WISEMAN, Jack. The growth of public expectatives in the United Kingdow. Nova Jersey: Princeton, 1961.

PINTO, L. A. Costa, BAZZANELLA, W. Processos e implicações do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PLUM, Werner. Promoção da indústria na Alemanha: contribuições para a politica de desenvolvimento na primeira metade do século XIX. Bonn: Friedrich- Ebert-Stiftung, 1979.

PRYOR, Frederick. Public expceditures in communist and capitalist nations. Homewodd. Illinois: INC, 1968. p.53-55.

REZENDE, Fernando. Avaliação do setor público na economia brasileira: estrutura funcional da despesa. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

-----, (Coord). A repartição de encargos públicos na federação brasileira. Revista de Finanaças Públicas, Rio de Janeiro, v.42, n.351, p.18-40, jul./set. 1982.

-----, Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 1983.

REZENDE, Fernando, MAHAR, Devis. **Saúde e previdência social:**
uma análise econômica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

RICHARDSON, Harry. **Elementos de economia regional.** Rio de
Janeiro: Zahar, 1973.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia.** São Paulo: Nova
Cultural, 1987.

SANTA CATARINA. Gabinete do planejamento e coordenação geral.
Finanças Municipais. Florianópolis: GAFLAN, 1984.

-----, Secretaria do Estado de Coordenação e
Planejamento. **Finanças Municipais.** Florianópolis: SEPLAN,
1990.

-----, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa
Catarina. **Controle de Liberações:** programa BIRD/PROURE.
Florianópolis: BADESC, 1992 a. Relatório emitido em julho de
1992.

-----, Secretaria da Fazenda. **Relatório DIEF-1990.**
Florianópolis, 1992.

SCHULTZ, Theodore W. **Investindo no povo.** Rio de Janeiro:
Forense, 1987.

SILVA, Pedro L. Barros. Políticas governamentais e perfis de intervenção: reflexões acerca da análise da intervenção estatal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.3-28, abr./jun. 1986.

SINGH, A., WHITTINGTON. The size and growth of firms. *Review of economic studies*, v.42, 1975.

SOUTO-MAIOR, Joel. A problemática da coordenação, cooperação e planejamento. Florianópolis, 1992. Digit.

SOUZA, Alberto de Mello, CASTRO, Cláudio de Moura. *Mão-de-obra industrial no Brasil: mobilidade, treinamento e produtividade*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

SOUZA, Juarez de. A política habitacional no Brasil: aspectos distributivos e alocativos. São Paulo: USP, 1978.

SUZIGAN, Wilson. As empresas do governo e o papel do estado na economia brasileira. In: REZENDE, Fernando et al. *Aspectos da participação do governo na economia*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

WEBER, A. *The theory of the location of industries*. Chicago: University of Chicago, 1929.

WEBER, Max. **Economy and society**. New york: Bedminter Press,
1968.

WILKEN, Edgard da S. **Técnica orçamentária e contabilidade pública**. Rio de Janeiro: Aurora, 1966.

ZEFERINO, Augusto C. Análise locacional em geografia: considerações teóricas e metodológicas. **Geografia**, v.14, n.28, p.110-118. out.1989.

ANEXOS

ANEXO 1

MODELO PARA VERIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS

VARIAVEL INDEPENDENTE

VARIAVEL DEPENDENTE

Despesa Pública Municipal

Estrutura Industrial

Indicadores :

Por Categoria Econômica

Despesas Correntes BCORPCAP

Despesas de Capital BCAPPCAP

Por Categoria Funcional

Governo e Administração GOUECAP

Trabalho e Previdência Social TRABCAP

Transporte e Comunicações TRANCAP

Educação EDUCCAP

Saúde e Saneamento SAUBCAP

Agricultura e Recursos Naturais AGRICAP

Habituação e Serviços Urbanos HABICAP

Indústria e comércio INBUCAP

Indicadores :

Número de Estabelecimentos

Industriais ESPEI

Renda Industrial RIPEI

Produtividade Industrial PRODEI

ITE: Elaborado a partir do modelo de alternativas de intervenção do governo na economia, segundo Rezende (1983, p.45)

ANEXO 2

CLASSIFICAÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA, SEGUNDO OS GRAUS DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM 1990

A tabela 35 mostra que com os valores da produção industrial obtidos em cada microrregião, pôde-se classificar as microrregiões geográficas em alto, médio e baixo graus de industrialização, conforme a distribuição dos valores nos respectivos quartis (tabela 36).

Das microrregiões que pertencem ao primeiro quartil ($<23.789.000$), foi escolhida a microrregião de Araranguá, por obter um dos menores valores. Das microrregiões que tiveram valores correspondentes aos médios graus de industrialização, foi escolhida a microrregião de Lages. E das microrregiões que pertencem ao intervalo do quarto quartil ($>260.127.330$), foi escolhida a microrregião de Blumenau, por obter um dos maiores valores da produção industrial.

Isto não significa que os resultados obtidos neste trabalho possam servir para outras microrregiões que não foram escolhidas para a população da pesquisa. Como este estudo trata de uma análise comparativa, é necessário que cada microrregião seja caracterizada e tratada de acordo com o método utilizado.

TABELA 35 - CLASSIFICAÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SEGUNDO OS GRAUS DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM 1990

MICRORREGIÃO	VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Cr\$1.000.00)
(1) São Miguel d' Oeste	15.670.148
(2) Chapecó	53.414.536
(1) Xanxerê	19.211.298
(3) Joaçaba	92.054.971
(2) Concórdia	40.277.867
(1) Concoinas	16.985.714
(2) São Bento do Sul	34.620.413
(3) Joinville	370.488.833
(1) Curitiba	8.136.953
(2) Lages	30.346.266
(2) Rio do Sul	31.135.795
(3) Blumenau	317.840.115
(2) Itajaí	28.857.144
(1) Ituporanga	1.420.183
(1) Tijucas	10.681.156
(1) Florianópolis	21.656.021
(1) Tabuleiro	92.374
(2) Tubarão	28.345.077
(2) Criciúma	54.060.471
(1) Araranguá	7.508.996
TOTAL	1.184.804.345

FONTE: IBGE, 1990

SANTA CATARINA. Secretária da Fazenda, 1990

TABELA 36 - DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR QUARTIS.1s1

MEDIA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	PRIMEIRO QUARTIL	QUARTO QUARTIL
59.240.200	92.374	370.488.833	23.789.000	260.127.330

FONTES : IBGE, 1990

SANTA CATARINA, Secretária da Fazenda, 1990.

Legenda:

1- Baixo Grau de Industrialização = Primeiro Quartil

2- Médio Grau de Industrialização = Segundo e Terceiro Quartil

3- Alto Grau de Industrialização = Quarto Quartil

ANEXO 3

MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM A LOCALIZAÇÃO E OS GRAUS DE
INDUSTRIALIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUA, LAGES E
BLUMENAU, NO ANO DE 1990

PARANÁ

ARGENTINA

SANTA CATARINA

RIO GRANDE DO SUL

OCEANO ATLÂNTICO

MICROREGIÃO DE BLUMENAU

MICROREGIÃO DE LAGES

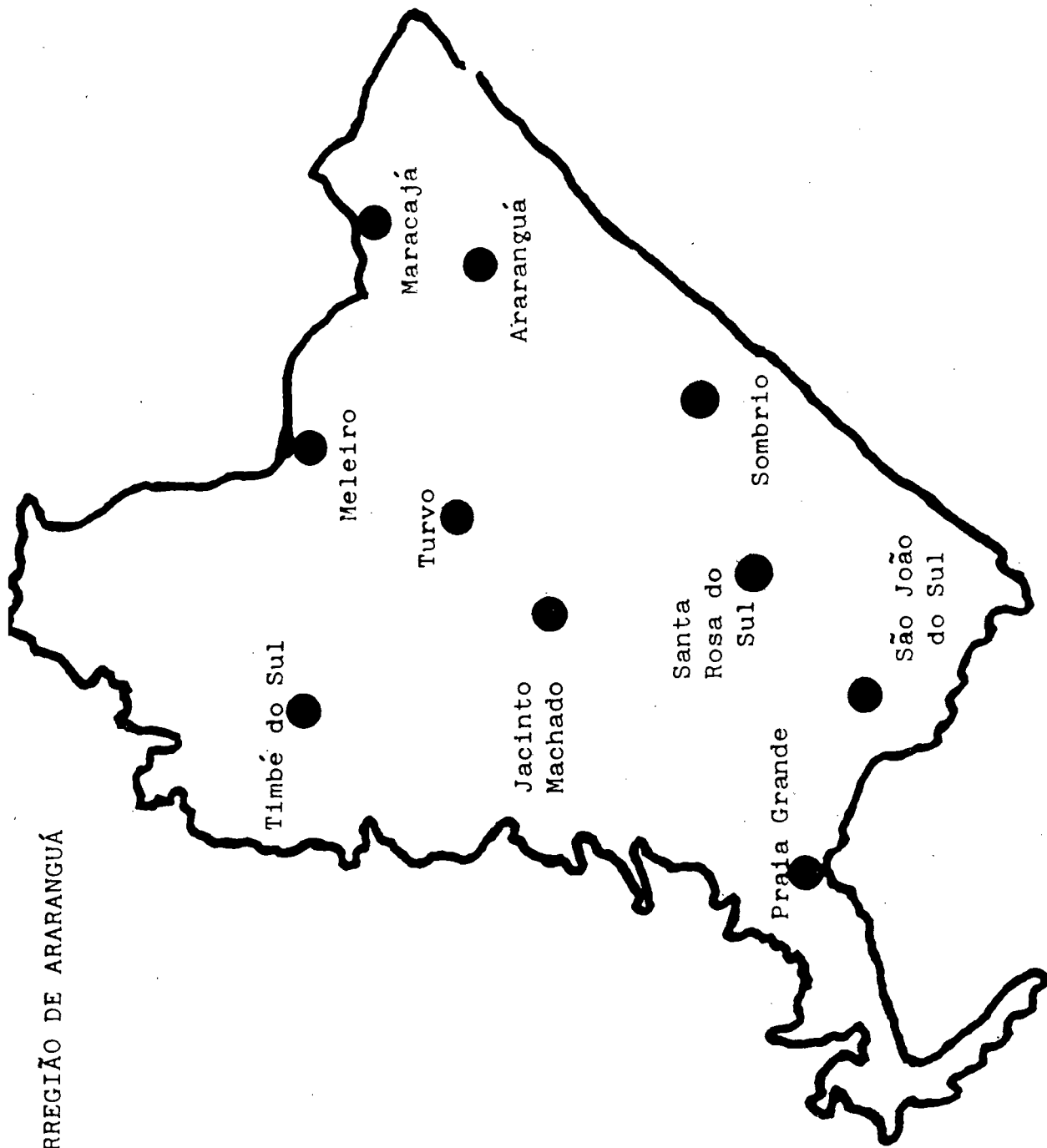
MICROREGIÃO DE ARAQUANGÁ

MICROREGIÃO	GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO
Araquanguá Lages Blumenau	Baixo Médio Alto

ANEXO 4

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A MICRORREGIÃO
DE ARARANGUA

MICRORREGIÃO DE ARARANGUÁ

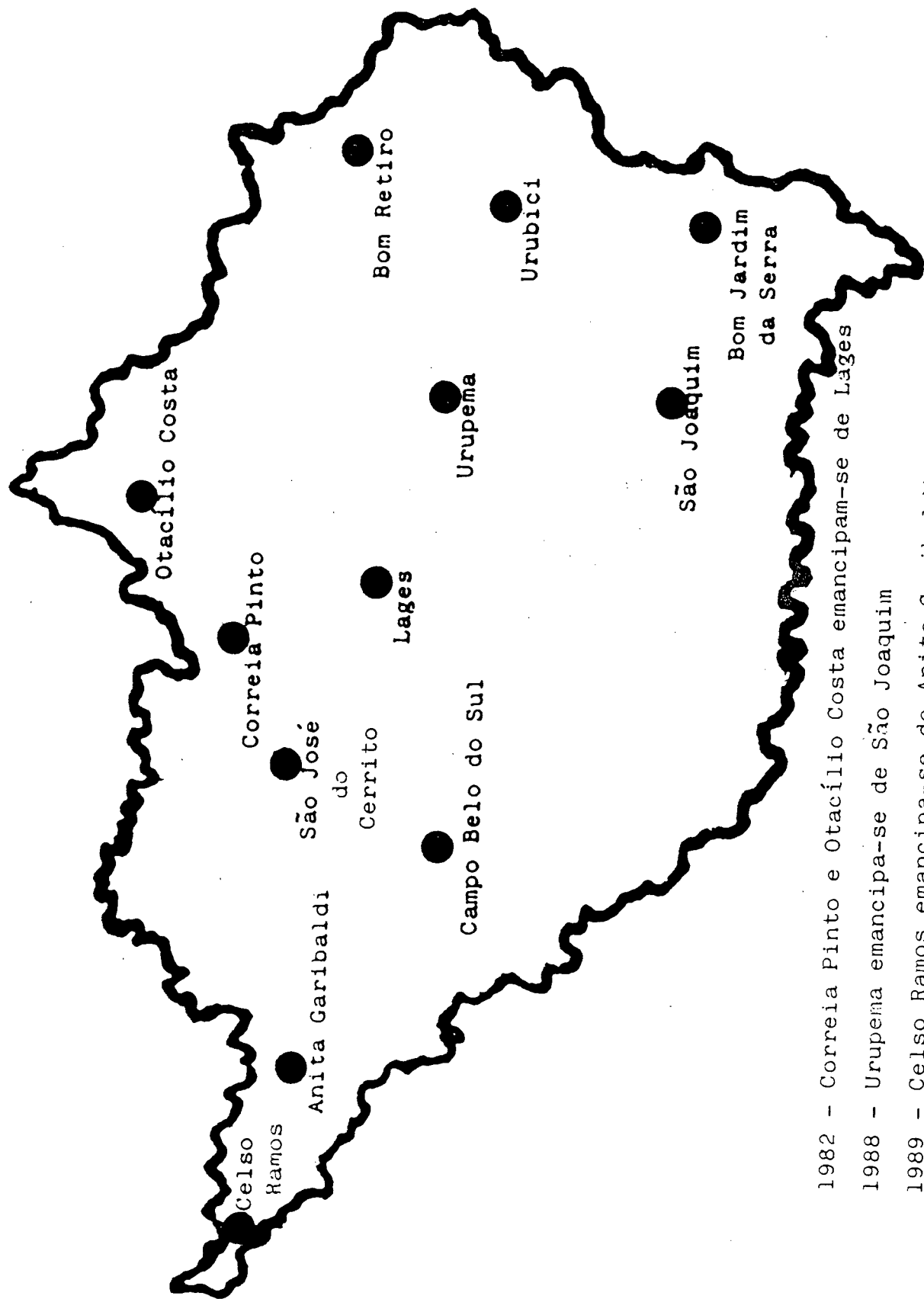


1989 - Santa Rosa do Sul emancipa-se de Sombrio

ANEXO 5

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A MICRORREGIÃO DE
LAGES**

MICRORREGIÃO DE LAGES



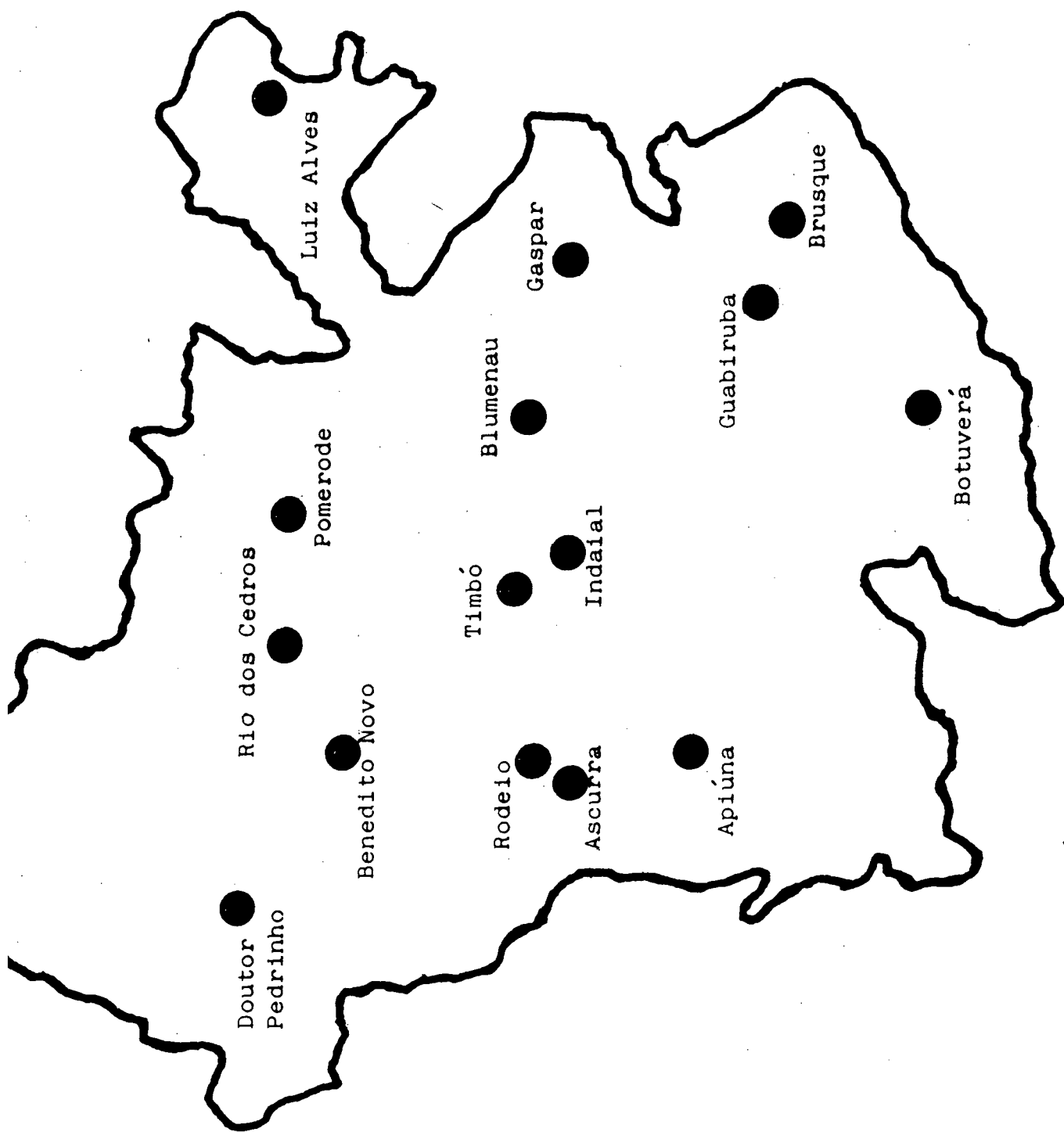
1982 - Correia Pinto e Otaçílio Costa emancipam-se de Lages

1988 - Urupema emancipa-se de São Joaquim

1989 - Celso Ramos emancipa-se de Anita Garibaldi

ANEXO 6

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A MICRORREGIÃO DE
BLUMENAU



1988 - Apiúna emancipa-se de Indaial

Doutor Pedrinho emancipa-se de Benedito Novo

ANEXO 7

QUESTIONARIO APLICADO JUNTO AS PREFEITURAS,
ASSOCIAÇÃO MUNICIPAIS E AS ASSOCIAÇÕES COMERCIAL
E INDUSTRIAL DAS MICRORREGIÕES PESQUISADAS

N. _____

Município: _____ Entidade: _____

Nome do Entrevistado: _____

Cargo: _____

XX

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Curso de Pós-Graduação em Administração

Projeto: Análise da despesa pública municipal e do crescimento industrial, nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau, nos anos de 1980, 1985 e 1990.

Objetivo: Identificar a relação entre a despesa pública municipal e o crescimento industrial nas microrregiões de Araranguá, Lages e Blumenau nos anos de 1980, 1985 e 1990.

Entrevistador: Clezio Saldanha dos Santos

XX

QUESTIONARIO

1. (ACI e AM) O que tem provocado o aumento (diminuição) da estrutura industrial na microrregião?

2. (Pref.) O que tem provocado o aumento (diminuição) da despesa pública no município? Quais as principais despesas?

3. (Pref.) O que tem mais contribuído para a formação da receita do município?

4. (Pref.) O que tem provocado o aumento (diminuição) da população do município?

5. (ACI e AM) O que tem dificultado os financiamentos às empresas da microrregião?

6. (Pref.) Quais os incentivos fiscais ofertados às indústrias instaladas no município? Quando foi aprovada a lei de incentivos fiscais pela câmara municipal?

7. Os convênios com o governo do Estado têm beneficiado (dificultado) os investimentos do município? Quais convênios e quando foram firmados?

MUITO OBRIGADO!

ACI - Associações Comercial e Industrial

AM - Associações Municipais

Pref. - Prefeituras

ANEXO B

CARACTERIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES DE ARARANGUA, LAGES E BLUMENAU

CARACTERIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES

Microregião de Araranguá

A microregião geográfica de Araranguá está localizada no extremo sul do Estado de Santa Catarina, com área de 2.918 Km². É constituída por 10 municípios: Araranguá, Jacinto Machado, Maracajá, Maleiro, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo, sendo que, no ano de 1989, o município de Santa Rosa do Sul emancipou-se do município de Sombrio.

Sua população foi constituída por colonizadores imigrantes italianos, alemães e açorianos, e o incremento populacional deu-se, principalmente, nas cidades de Sombrio e de Araranguá, devido ao êxodo rural, conseqüente da falta de incentivos para fixar o homem no campo.

A agricultura é a principal atividade, e seus principais produtos são: fumo, arroz, banana e milho.

O setor secundário tem pouca expressão na atividade econômica da microregião, e seus principais produtos pertencem ao ramo têxtil e do vestuário. No entanto, o crescimento industrial deu-se pela expansão das microempresas de confecção e

das indústrias calçadistas. Contudo, a conjuntura econômica do país e a falta de incentivos à indústria têm dificultado, também, os novos empreendimentos neste setor.

O setor terciário tem sido importante fator de desenvolvimento, notadamente, nas atividades do comércio e turismo.

Conforme levantamento ⁵, a receita dos municípios da microrregião de Araranguá, em 1990, dependia em média de 31,7% do retorno do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e 44,86% do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), totalizando 75,56% da receita vinculada a essas transferências. Em suma, as principais arrendações do ICM são provenientes das atividades com arroz, fumo e calçados.

Os principais investimentos dessas prefeituras, na década de 80, foram: calçamento de ruas e pavimentação de estradas. A educação, saúde e agricultura, com o processo de descentralização administrativa do Governo do Estado, também receberam prioridades dos investimentos.

Microrregião de Lages

A microrregião geográfica dos Campos de Lages localiza-se no planalto sul do Estado, com uma área de 15.570 km². É constituída

(5) Foi realizado um levantamento junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para se verificar a participação relativa do retorno do ICM e do repasse do FPM na receita dos municípios, das microrregiões de Araranguá, de Lages e de Blumenau, no ano de 1990.

por 12 municípios: Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Celso Ramos, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema, sendo que, no ano de 1982, emanciparam-se os municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa, desmembrados do município de Lages; Urupema, em 1988, desmembrado do município de São Joaquim; e Celso Ramos, em 1989, desmebrado do Município de Anita Garibaldi.

A população desta microrregião foi formada por descendentes de migrantes paulistas e gaúchas. Na última década, foi registrada uma diminuição da população, devido, principalmente, à queda do ciclo da madeira na região, diminuindo a oferta de empregos na indústria e na agricultura.

A predominância das formações campestres e das florestas de araucárias fez com que a microrregião, desde cedo, apoiasse seu desenvolvimento sobre a pecuária e a extração vegetal, destacando-se como a maior produtora de rebanho bovino do Estado, e mais, recentemente, a cultura da maçã obteve uma posição de destaque na economia desta região.

No setor secundário, as atividades mais importantes são as de produção de papel e de extração e beneficiamento de madeira. No entanto, com a queda do ciclo da madeira e por falta de uma política de incentivos fiscais, todas as indústrias que usam a madeira como matéria-prima diminuíram suas atividades entre os anos de 1980 e 1990.

O setor terciário tem assumido um papel importante na distribuição de peças de veículos, no comércio de mercadorias e

no transporte de cargas.

Conforme levantamento, a receita dos municípios da microrregião de Lages, em 1990, dependia em média de 30,2% do retorno do ICM e 49,7% do repasse do FPM, totalizando 79,90% da receita vinculada a essas transferências. As principais arrecadações do ICM são provenientes do aumento nas atividades de fruticultura e de safras agrícolas.

Quanto aos principais investimentos efetuados pelas prefeituras, têm-se destacado as obras nos setores de saúde e educação, bem como, nas estradas, pontes e boeiros.

Microrregião de Blumenau

A microrregião geográfica de Blumenau é localizada no médio vale do Rio Itajaí, com uma área de 4.607 km². É composta por 15 municípios: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, sendo que, no ano de 1988, emanciparam-se os municípios de Apiúna, desmembrado de Indaial, e Doutor Pedrinho, desmembrado de Benedito Novo.

Quanto à população, foi formada por imigrantes alemães que se dedicavam, principalmente, às atividades industriais e comerciais. O aumento da população, na última década, se deve à oferta de empregos pelas indústrias, na região, atraindo mão-de-obra do vale do rio Itajaí, de outras microrregiões e de outras regiões do país. Para Metzger (1988), a industrialização modificou completamente a divisão do trabalho, oferecendo ao

lavrador várias vantagens, como o fundo de garantia, férias remuneradas, aposentadoria, etc. Com isso, existe um grande número de lavradores que mantêm parte de suas atividades na propriedade rural e outra parte dedicadas à indústria na cidade.

O setor secundário é diversificado, nesta microrregião, e seus principais ramos de atividade são: o têxtil, o vestuário e o de alimentos, atendendo, inclusive, o mercado nacional e mundial. O crescimento industrial é, também, explicado pela tradição na indústria têxtil, pela presença de mão-de-obra barata e especializada, pelos incentivos dados pelas prefeituras, pela localização geográfica e, ainda, pela infra-estrutura existente.

Já o setor terciário teve seu desenvolvimento marcado pelo surto expansionista da industrialização.

O setor primário, embora menos significativo, caracteriza-se pela pequena propriedade de exploração diversificada, destacando-se como grande produtora de arroz, cana-de-açúcar e batata doce.

Conforme levantamento, a receita dos municípios da microrregião de Blumenau, em 1990, dependia em média de 65,56% de transferência do retorno do ICM (30,99%) e do repasse do FPM (34,57%). O ICM arrecadado na região depende basicamente das atividades industriais.

Quanto aos principais investimentos das prefeituras, têm-se destacado os dispêndios com educação e saúde e em obras de urbanização, no saneamento e no transporte.

ANEXO 9

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DESPESAS EM CUSTEIO E MANUTENÇÃO DE
SERVIÇOS EM RELAÇÃO A DESPESA CORRENTE POR MICRORREGIAO
E POR ANO

TABELA 37 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS DESPESAS EM CUSTEIO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO A DESPESA CORRENTE POR MICRORREGIÃO E POR ANO

ANO	MICRORREGIÃO	PERCENTUAL DAS DESPESAS EM CUSTEIO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO A DESPESA CORRENTE
1980	Araranguá	88,91
	Lages	90,91
	Blumenau	90,16
1985	Araranguá	93,66
	Lages	86,86
	Blumenau	90,12
1990	Araranguá	90,88
	Lages	88,86
	Blumenau	89,79

FONTES: SANTA CATARINA. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral, 1984.
SANTA CATARINA. Secretaria do Estado de Coordenação e Planejamento, 1990. Atualizado através de relatórios emitidos em 1992.

A tabela acima mostra que a maior parte das despesas correntes (acima de 85%) são despesas em custeio e manutenção de serviços, efetuadas pelas prefeituras das microrregiões analisados nos anos de 1980, 1985 e 1990.

ANEXO 10

**PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO
A DESPESA DE CAPITAL POR MICRORREGIÃO E POR ANO**

TABELA 38 - PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO A DESPESA DE CAPITAL POR MICRORREGIÃO E POR ANO

ANO	MICRORREGIÃO	PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO A DESPESA DE CA- PITAL
1980	Araranguá	91,58
	Lages	89,35
	Blumenau	93,24
1985	Araranguá	95,76
	Lages	96,54
	Blumenau	86,57
1990	Araranguá	96,35
	Lages	93,52
	Blumenau	85,41

FONTES: SANTA CATARINA. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento, 1990. Dados atualizados através de relatórios emitidos em 1992.

A tabela acima mostra que grande parte das despesas de capital (acima de 85%) são investimentos, efetuados pelas prefeituras das microrregiões analisadas nos anos de 1980, 1985 e 1990.

ANEXO 11

POPULAÇÃO TOTAL E VARIAÇÃO POR MICRORREGIÃO E POR ANO

TABELA 39 - POPULAÇÃO TOTAL E VARIAÇÃO POR MICRORREGIÃO E POR ANO

MICRORREGIÃO	N. de pessoas					
	ANOS					
	I 1980	I Variação %	I 1985	I Variação %	I 1990	
Araranguá	I 112.861	I 8,85	I 122.882	I 1,44	I 123.767	
Lages	I 253.188	I 1,39	I 256.715	I 4,81	I 269.872	
Blumenau	I 338.615	I 11,97	I 379.156	I 16,44	I 441.451	

FONTE: IBGE.

A tabela acima mostra que a população da microrregião de Blumenau foi a que mais aumentou na década de 80. A diminuição do crescimento demográfico na microrregião de Araranguá, no período entre 1985-1990, se deve ao fato que a maioria de seus municípios diminuíram a população neste período. Já a microrregião de Lages houve uma diminuição da população nos municípios pequenos e aumento da população nos municípios maiores da microrregião.

ANEXO 12

EMPREGO INDUSTRIAL TOTAL E VARIAÇÃO POR MICRORREGIÃO E POR ANO

TABELA 40 - EMPREGO INDUSTRIAL TOTAL E VARIAÇÃO POR MICRORREGIÃO E POR ANO.

MICRORREGIÃO	N. de empregados					
	ANOS					
	1980	Variação %	1985	Variação %	1990	
Araranguá	3.456	98,90	6.874	-29,79	4.826	
Lages	11.127	-9,93	10.021	12,73	11.297	
Blumenau	66.026	8,62	71.724	8,66	77.938	

FONTE: IBGE, 1981, 1984, 1985, 1991, 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda, 1992.

A tabela acima mostra que a microrregião de Blumenau tem a maior parcela do número de empregados em relação às outras microrregiões em estudo. A microrregião de Lages e parte da microrregião de Araranguá sofreram diminuição da mão-de-obra industrial devido a queda do ciclo da madeira e permanência da atividade primária como principal atividade econômica.

ANEXO 13

RECURSOS FINANCIADOS PELO PROURB AS MICRORREGIÕES EM 1990

TABELA 41 - RECURSOS FINANCIADOS PELO PROURB AS MICRORREGIÕES.

Microrregião	I	Valores Recebidos em 1990 (Cr\$ 1.000)	I	Percentual da Participação em relação ao total do Estado
Araranguá	I	58.690	I	8,13
Lages	I	17.077	I	2,36
Blumenau	I	74.540	I	10,33
Total do estado	I	721.366	I	100,00

Média em 20 Microrregiões = 36.068

FONTES: SANTA CATARINA. Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, 1992.

A tabela acima mostra que a microrregião de Blumenau obteve mais recursos que as microrregiões analisadas na pesquisa, sendo que as microrregiões de Blumenau e Araranguá receberam valores acima da média das microrregiões do Estado de Santa Catarina. Já a microrregião de Lages recebeu recursos abaixo da média das demais microrregiões.